



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

VALTER LACERDA SOUSA

**O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO
CONTEMPORÂNEO: desafios e perspectivas**

SOUSA-PB

2021

VALTER LACERDA SOUSA

**O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO
CONTEMPORÂNEO: desafios e perspectivas**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande – Campus Sousa (CCJS), como requisito parcial para obtenção de título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Me. Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa.

SOUSA-PB

2021



S725p Sousa, Valter Lacerda.

O projeto ético político do Serviço Social no cenário contemporâneo: desafios e perspectivas. / Valter Lacerda Sousa. – Sousa, 2021.

73 f.

Monografia (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2021.

Orientadora: Profa. Me. Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa.

1. Projeto ético político. 2. Crise de hegemonia. 3. Ameaças e desafios contemporâneos; 4. Direitos sociais. 5. Contrarreforma do Estado brasileiro. I. Costa, Cibelly Michalane Oliveira dos Santos. II. Título.

CDU: 36(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Marly Felix da Silva

Bibliotecária-Documentalista

CRB-15/855

VALTER LACERDA SOUSA

**O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO
CONTEMPORÂNEO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande – Campus Sousa (CCJS), como requisito parcial para obtenção de título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Me. Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa.

Aprovado em: 21/05/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Me. Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa (Orientadora)
Universidade Federal de Campina Grande

Prof^o. Dr. Luan Gomes dos Santos de Oliveira (Examinador Interno)
Universidade Federal de Campina Grande

Assistente Social - Mayéwe Elyênia Alves dos Santos (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Cariri

DEDICATÓRIA

A minha vó, Jacinta Lacerda. Que nenhuma doença neurodegenerativa faça você esquecer do amor que sinto por você. Amo a senhora, vó!

“Lembre de mim mesmo se o tempo passar, lembre de mim. Se um violão você escutar [...] e até que eu possa te abraçar, lembre de mim.” - Trechos da música “Lembre de Mim” presente na animação “VIVA: a vida é uma festa”.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte imensurável de amor, que tem me protegido diariamente durante esse tempo, mesmo que a nossa relação tenha sido abalada nos últimos anos.

À minha família, meu irmão, Valber Lacerda, minha mãe, Maria Lacerda e ao meu pai, José Francisco. Obrigado por sempre acreditarem em mim e por terem ofertado todas as ferramentas necessárias para que eu pudesse concluir o curso.

À minha vó, Jacinta Lacerda, a pessoa responsável por eu estar hoje chegando ao término desse curso. Obrigado pelo amor, zelo, afeto, proteção e carinho. A conclusão desse curso é um sonho que compartilhamos juntos. Eu amo muito a senhora, vó!

Aos grandes amigos da vida! Andréa Almeida (Pombal-PB), Emilly Oliveira (Sousa-PB), Matheus Toledo (Belo Horizonte-MG) e Ciro Caleb (João Pessoa-PB). Obrigado pela força diariamente em meio as tribulações ocasionadas pelo processo de graduação e serem meu conforto quando necessitei. Grato por sempre estarem comigo, amo vocês!

As minhas colegas, Tati, Babi e Milene, amigas de turma e companheiras das madrugadas, do estresse diário e do percurso muitas vezes turbulento até Sousa-PB. Vocês são muitos especiais para mim!

À turma 2017.1 - Suamy Rafaely Soares, especialmente Aline Cibele, Livian Targino, Lilian Nascimento, Isabel Souto, Ana Beatriz e Flávio Eufrazio, pessoas que conheci na UFCG e com as quais compartilhei grandes momentos. Foi um privilégio!

As amigadas que construí no CCJS e no Serviço Social: Talyson Monteiro, Felipe Queiroga, Érika Osmara, Débora Braga, Lavínia Gabriela, Antônia Bezerra, Samara Santana, Luanna Torres e Marcos Vicente. Nutro um carinho enorme por vocês!

À Universidade Federal de Campina Grande, aos/as trabalhadores/as terceirizados/as, aos/as técnicos/as administrativos/as e ao corpo docente do curso de Serviço Social.

Aos/as professores/as, Reginaldo Pereira França Junior pela oportunidade na pesquisa e na extensão, a Suamy Rafaely Soares, André Menezes, Cibelly Michalane e Mayéwe Alves. Obrigado por terem contribuído imensamente com a minha formação. Vocês são minha inspiração profissional!

A Luan Gomes e Mayéwe Alves por terem aceitado o convite para fazerem parte da banca examinadora.

Por fim, agradeço à minha orientadora, Cibelly Michalane, a quem guardo uma admiração imensa. Grato pela paciência, generosidade e principalmente pelas contribuições ao meu trabalho, és uma grande figura humana.

Odeio os indiferentes [...] acredito que
“viver significa tomar partido”.

(Antonio Gramsci)

RESUMO

Este trabalho intitulado O Projeto Ético Político do Serviço Social no Cenário Contemporâneo: desafios e perspectivas, busca analisar as ameaças e os desafios contemporâneos para a hegemonia do projeto profissional da categoria de assistentes sociais, tendo em vista, o debate no interior da profissão acerca da suposta crise que esse projeto vem vivenciando. A escolha da metodologia se deu por meio da utilização do método crítico dialético, já que permite a análise da sociedade burguesa e de suas contradições, sendo a natureza da pesquisa qualitativa. Neste trabalho foi utilizada pesquisa bibliográfica por meio de livros, artigos de revistas, sites, leis e documentos em meio físico e eletrônico. Os dados encontrados evidenciam que o projeto profissional do Serviço Social não se encontra em uma crise de hegemonia. Porém, ele é ameaçado e sofre tensões por causa das transformações ocasionadas pela crise capitalista e pelas suas respostas na tentativa de reverter padrões de acumulação. Isso trouxe graves problemas para a classe trabalhadora por meio do desmonte de direitos sociais, inclusive a política de educação, incidindo sobre a formação profissional (um dos elementos que constituem o projeto ético político) de assistentes sociais, fazendo com que a principal ameaça e o desafio central apresentado a hegemonia do projeto profissional na contemporaneidade, seja a expansão massiva dos cursos em EAD por meio da contrarreforma do ensino superior.

Palavras-chaves: Projeto Ético Político. Hegemonia. Serviço Social.

ABSTRACT

This paper, entitled *The Ethical Political Project of Social Work in the Contemporary Scenario: challenges and perspectives*, seeks to analyze the threats and contemporary challenges for the hegemony of the professional project of the category of social workers, considering the debate within the profession about the supposed crisis that this project has been experiencing. The choice of methodology was made through the use of the dialectical critical method, as it allows the analysis of the bourgeois society and its contradictions, being the nature of the qualitative research. In this work, bibliographical research was used through books, magazine articles, websites, laws and documents in physical and electronic media. The data found show that the professional project of Social Work is not in a crisis of hegemony. However, it is threatened and under tension because of the transformations brought about by the capitalist crisis and its responses in an attempt to reverse patterns of accumulation. This brought serious problems for the working class through the dismantling of social rights, including the education policy, focusing on the professional training (one of the elements that constitute the ethical political project) of social workers, making the main threat and the central challenge presented to the hegemony of the professional project in contemporary times, is the massive expansion of distance learning courses through the counter-reform of higher education.

Keywords: Political Ethical Project. Hegemony. Social Service.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABEPSS** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- CBAS** – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
- CEAS** – Centro de Estudos e Ação Social
- CFESS** – Conselho Federal de Serviço Social
- CF/88** – Constituição da República Federativa do Brasil
- EAD** – Ensino à Distância
- ENESSO** – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- LOAS** – Lei Orgânica da Assistência Social
- MEC** – Ministério da Educação
- MESS** – Movimento Estudantil de Serviço Social
- MPC** – Modo de Produção Capitalista
- PEPSS** – Projeto Ético Político do Serviço Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 NEOLIBERALISMO, CONQUISTA DE DIREITOS E A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA ATUALIDADE.....	13
1.1 A ascensão do neoliberalismo como resposta à crise capitalista.....	13
1.2 Os direitos sociais na Constituição Federal e a Contrarreforma do Estado brasileiro.....	19
1.3 Dos governos petistas a Bolsonaro: conquistas, ameaças e retrocessos.....	25
2 DA GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL A EMERGÊNCIA DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO.....	31
2.1 O surgimento e a institucionalização do Serviço Social no Brasil.....	31
2.2 Ditadura Civil Militar e Serviço Social: entre a resistência e o Movimento de Reconceituação.....	38
3 O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO.....	44
3.1 Processo de construção e elementos constitutivos do projeto ético político do serviço social: algumas análises.....	44
3.2 A hegemonia do projeto ético político do serviço social em debate: tensões ou crise?.....	50
3.3 As tensões provocadas pelo ensino à distância e a ameaça ao projeto ético político.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	65

INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão O projeto ético político do Serviço Social no cenário contemporâneo: desafios e perspectivas, versa sobre os questionamentos em torno da suposta crise de hegemonia que o projeto profissional da categoria de assistentes sociais vem vivenciando.

Esse estudo tem como objetivo geral analisar as ameaças e os desafios contemporâneos para a hegemonia do projeto ético político do Serviço Social, como objetivos específicos: discutir sobre o processo de construção desse projeto, compreender os desafios postos à sua materialização, identificar suas contribuições para a profissão e investigar os possíveis rebatimentos do EAD no projeto profissional.

O interesse pela pesquisa se deu em torno dos debates que têm sido realizados com maior ênfase nas disciplinas de Fundamentos do Serviço Social e de Ética Profissional, também, nos eventos promovidos pelo curso na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) durante a graduação. Em torno do objeto de estudo surgiram algumas inquietações, dentre elas, se o projeto ético político do Serviço Social estaria vivenciando uma crise de hegemonia como destacado por alguns intelectuais da categoria e quais as principais ameaças e desafios a sua direção ético-política e teórica. Sendo assim, a pesquisa busca contribuir com reflexões críticas acerca do projeto profissional da categoria dos/as assistentes sociais e de sua direção ético política e teórica no cenário contemporâneo.

A metodologia empregada se deu por meio de pesquisa bibliográfica e documental, em livros, artigos, sites de instituições e documentos, em meio físico e eletrônico. Tem como principais referências nessa discussão José Paulo Netto, Marilda Vilela Iamamoto, Sâmia Rodrigues, Maria Lúcia Barroco e Marcelo Braz. Portanto, a pesquisa realizada neste trabalho é de natureza qualitativa. O método utilizado se configurou como o crítico dialético dado a sua importância para compreensão da realidade social tendo em vista que é permeada por diversas contradições fruto do sistema capitalista, já que esse método identifica "as categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa" (NETTO, 2011, p. 46).

O presente trabalho está estruturado em três capítulos, quais sejam:

O primeiro capítulo sintoniza o cenário contemporâneo da crise que o sistema capitalista vive, as respostas por meio do neoliberalismo e o ataque aos direitos da classe trabalhadora, a contrarreforma do Estado brasileiro, iniciada em FHC e tendo

sido continuada nos governos posteriores incidindo no projeto ético político do Serviço Social.

O segundo capítulo versa sobre as teses de origem da profissão, o seu surgimento permeado pela Igreja Católica em meio a agudização das expressões da questão social no Brasil, sua institucionalização com aproximação com a teoria positivista norte-americana e no período ditatorial em que a profissão passa por um processo de renovação, se afastando dos princípios e dos valores conservadores que direcionavam o Serviço Social dada a emergência do projeto ético político.

O terceiro capítulo discute a construção do projeto profissional do Serviço Social, seus elementos constitutivos e suas dimensões, além da discussão em torno da categoria hegemonia, o debate entre os autores sobre a suposta crise do projeto, as ameaças que se apresentam a sua direção ético política e teórica, além dos rebatimentos do EAD, que considero a maior ameaça à hegemonia do projeto profissional na contemporaneidade.

Por fim e não menos importante apresentamos as considerações finais e as referências utilizadas no processo de construção do trabalho.

1 NEOLIBERALISMO, CONQUISTA DE DIREITOS E A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA ATUALIDADE

1.1 A ascensão do neoliberalismo como resposta à crise capitalista

É preciso situar as transformações que ocorreram nas últimas décadas para entendermos seus reflexos no cenário contemporâneo, principalmente aquelas que são ocasionadas pelas crises no sistema capitalista. Elas não só afetam a sociedade no campo econômico, mas na vida social como um todo, principalmente por meio da crise estrutural (MÉSZAROS, 2002) que esse sistema vive a partir da década de 1970.

O Modo de Produção Capitalista (MPC) desde a sua gênese possui recessões, que não se constituem como algo novo, de acordo com Netto e Braz (2006), se tratando, portanto, de crises estruturais as quais são importantes para a manutenção e solidificação da hegemonia de tal modo de produção. É válido salientar que elas trazem consequências para ambas as classes sociais, porém, sempre de forma negativa e agudizada para a classe trabalhadora, a mais afetada por ser explorada.

Marx (2013) já evidenciava a partir da Lei Geral da Acumulação Capitalista as contradições existentes nesse sistema, principalmente a fundamental, entre Capital X Trabalho que demarca a exploração dos/as trabalhadores/as e os processos de alienação que esses vivenciam. Isso é o que se denomina de questão social. Essa contradição existe porque ocorre a apropriação privada da riqueza, que é produzida socialmente pelos/as trabalhadores/as, mas tomada pela classe social burguesa, enquanto a outra, a trabalhadora, é explorada e recebe uma porcentagem mínima dessa riqueza, mal tendo condições de sobreviver, tendo em vista que a sociabilidade imposta pelo capitalismo é perversa, desumana e voraz, acentuando as desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais que se perpetua e tende a se tornar cada vez mais aviltante, pois, o capitalismo não tem limites e é fervorosamente desumano, haja vista que o seu objetivo primeiro é a garantia do lucro indiscriminado.

É interessante ressaltar que a contradição se agudiza ainda mais em tempos de crises. Netto e Braz (2006), enfatizam que essas perturbações são inerentes a esse sistema, tendo em vista o mesmo se alimentar das desigualdades de classes causadas pelo seu próprio desenvolvimento, que se fortalece na barbárie, mesmo e, sobretudo, em cenários de caos social, os quais estamos vivenciando na conjuntura contemporânea em decorrência do contexto de pandemia causado pela COVID-19.

Ademais, é importante ressaltar que a recessão que esse modo de produção vive na contemporaneidade é, conforme se refere Mézaros (2002, p. 795):

[...] fundamentalmente uma crise estrutural. Assim, não há nada especial em associar-se capital à crise. Pelo contrário, crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação.

Sendo assim, independentemente do tempo que dure essas perturbações no modo de produção, são formas que ele encontra para continuar e ampliar suas maneiras de exploração da classe trabalhadora, seus processos de alienação e suas contradições.

A crise que esse sistema enfrenta atualmente segundo Mézaros (2002), afeta todo o coletivo. Não se restringe apenas a determinada situação ou esfera financeira, ela existe de forma global, afetando todas as nações, o tempo de sua duração é perdurável, ininterrupta, sendo que, a resposta a isso pelo sistema ocorre de forma lenta, mesmo com toda a sua maquinaria moderna.

Nesses momentos, os/as trabalhadores sofrem os efeitos drásticos, com limitação ao acesso aos direitos básicos de sobrevivência que foram resultados de luta e resistência deles/as ao longo das décadas. Direitos esses que são subsidiados pelo Estado, porém, sob o comando do grande capital, que ora são “ampliados”, ora sofrem regressões (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

Com o fim do pacto fordista-keynesiano¹ no final da década de 1960, e consequentemente com o exaurimento dos chamados “Anos de ouro” do capitalismo, que possibilitaram uma longa expansão, esse sistema passa a vivenciar um decréscimo das taxas de lucro, uma crise de superprodução, já que:

[...] as economias centrais começam a apresentar sinais de declínio do crescimento econômico, evidenciando o início da saturação daquele padrão de acumulação. A queda das taxas de lucro, as variações da produtividade, o endividamento internacional e o desemprego são indícios daquele processo (MOTA, 1995, p. 49).

¹ Esse pacto se deu por meio da junção do modelo de produção fordista, criado pelo capitalista e empresário Henry Ford, em que a produção se fazia por meio de grandes proporções para oferecer custos acessíveis para os consumidores, com a teoria econômica e política do economista John Maynard Keynes, que pregava a intervenção do Estado na economia com o intuito de gerar pleno emprego, além, é claro, de ofertar determinados direitos sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

Isso desembocou em modificações, que tiveram como saída para o capitalismo o surgimento de um novo fenômeno, denominado neoliberalismo. Ele é responsável em parte, pelo cenário vivido nos países capitalistas atualmente, seja na política como na economia, principalmente os de economias periféricas.

Essa doutrina “trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (ANDERSON, 1995, p. 01). Percebe-se que esse novo fenômeno restabelece características do liberalismo econômico de Adam Smith², com críticas a intervenção do Estado na economia, só que nesse momento, com determinadas modificações.

A justificativa para a adesão dos países por esse projeto e pelos seus idealizadores como melhor resposta à crise que o MPC vivia, estava no fato de que, os movimentos dos/as trabalhadores/as pela intervenção do Estado e garantia de determinados direitos sociais, assim como direitos relacionados ao trabalho, teria causado inconsistências no alicerce do capitalismo, inclusive elencando esses como determinantes causadores da crise (ANDERSON, 1995).

Para os idealizadores do neoliberalismo que faziam parte da sociedade Mont Pelerin³ era preciso

[...] manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos (ANDERSON, 1995, p. 02).

Dessa maneira, para seus criadores era necessário cessar a relação existente entre o Estado e os movimentos que lutavam a favor dos/as trabalhadores/as. Tornava-se preciso economizar o dinheiro que ele detinha, reduzir os gastos com

² É uma teoria econômica que surge a partir da filosofia liberal do filósofo inglês Jonh Locke. Tem como idealizador, o economista Adam Smith, que pregava a não intervenção do Estado na economia, a partir de um “Estado Mínimo”, a defesa intransigente da propriedade privada e de uma “liberdade” a moda capitalista. Consultar (SIQUEIRA, 2013).

³ Designação de uma organização que partilhava de ideais liberais. Os seus membros eram contrários ao Estado de Bem Estar Social que os países capitalistas centrais da Europa viviam e do modelo Estadunidense de bem estar vigente. Eram inimigos da doutrina do economista John Maynard Keynes, e baseavam-se sua ideologia de forma antagônica a tudo o que atrapalhasse o sistema capitalista de continuar lucrando. Se reuniam em uma estação, denominada Mont Pelerin na Suíça. Dentre os intelectuais participantes, estavam Friedrich Hayek, Ludwig Von Mises e Milton Friedman, entre outros. Consultar (ANDERSON, 1995).

relação ao social, permanecendo, porém, de forma mínima, o intuito consistia em manter o Estado com equilíbrio das contas, ou seja, um Estado mínimo para o social e máximo para o capital, mini-max (NETTO; BRAZ, 2006). Sendo assim, tornava-se primordial a formação de um montante de pessoas sem emprego, e também é claro, sem acesso a direitos, com o propósito de debilitar as organizações dos/as trabalhadores/as. Ou seja, reatualiza-se o chamado exército industrial de reserva, através de trabalhadores/as em idade, força e capacidade produtiva, porém, sem serem absorvidos/as pelo mercado de trabalho.

Essa doutrina trouxe consigo grandes mudanças com relação aos direitos sociais, ao mundo do trabalho, as formas de pensar, e a própria gerência do Estado, diferente das três décadas anteriores do capitalismo, tornando-se hegemônico. Essas transformações ocorreram sobretudo nos países considerados de “Terceiro Mundo” ou “periféricos” favorecendo a agudização da questão social. De início, três medidas deveriam ser adotadas por essas nações como aponta Netto (2012, p. 417):

No que toca às exigências imediatas do grande capital, o projeto neoliberal restaurador viu-se resumido no tríplice mote da “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), da “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal) (grifos do autor).

Esse projeto tinha o intuito de restaurar as taxas de lucro que o capitalismo tinha antes da crise, com caminho livre, sem barreiras, dando primazia a política econômica. Assim, tornava-se imprescindível que o processo de produção e os vínculos trabalhistas fossem flexíveis, desregulassem as relações de comércio e os fluxos monetários existentes para “liberalização” da economia, e ocorresse a venda de empresas estatais, afastando cada vez mais o Estado da sua intervenção na economia.

Essas modificações também afetaram o mundo do trabalho, inclusive a classe que vive dele, criando mutações, tornando-a mais diversificada e menos organizada, pois, a sua capacidade política organizativa passa a ser profundamente abalada e marginalizada. Segundo Antunes (2000), atualmente a classe trabalhadora não se restringe apenas ao operariado, existe o/a trabalhador/a com uma qualificação profissional, aqueles/as que não tem, os/as inseridos/as no mercado de trabalho formalizado e aqueles/as não assegurados/as pelos direitos trabalhistas, assim como

os/as trabalhadores pertencentes a determinados países com suas configurações próprias a partir de seu local na nova divisão internacional do trabalho.

Com a crise capitalista, ocorreu um processo de reestruturação produtiva conjuntamente com esse projeto que:

[...] têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada (ANTUNES, 2000, p. 35).

Para o referido autor, o conjunto de ambos tem acarretado no crescimento de pessoas longe do mercado de trabalho, aumentando as fragilidades das relações trabalhistas, flexibilizando-as e produzindo consequências para o mundo todo.

Os primeiros países a adotarem o receituário do programa neoliberal, foram a Inglaterra, no governo de Margareth Thatcher, os Estados Unidos sob o comando de Reagan. Já na América Latina, o primeiro país a adotar foi o Chile, no momento que a nação vivenciava uma ditadura militar sob o autoritarismo de Augusto Pinochet. (ANDERSON, 1995).

É importante ressaltar que a década de 1970 marcou a inserção dos países da América Latina na economia global, devido ao crédito oferecido pelo grande capital para que essas nações pudessem fazer investimentos para o crescimento econômico, porém, isso gerou uma dívida externa

[...] obrigando tais países, sistematicamente, a exportar capitais para o pagamento dos empréstimos recebidos. Não por acaso, em tal período, o mundo capitalista revela os sintomas de uma crise de acumulação, obrigando os países desenvolvidos a redefinirem suas estratégias de acumulação, donde o surgimento de novas estratégias de subordinação da periferia ao centro (BEHRING, 2009, p. 08).

A América Latina vivenciou os impactos dessa crise, e foram as organizações multilaterais⁴ as responsáveis por meio do neoliberalismo de oferecer respostas aos problemas dos países latino americanos, promovendo o Consenso de Washington em 1989 nos EUA. Essas agências internacionais elencaram medidas⁵ que deveriam ser adotadas, um receituário neoliberal.

⁴ São assim denominadas o conjunto de instituições internacionais que possuem objetivos em comum, no caso do Consenso de Washington, se fazia presente as que possuíam caráter financeiro, a exemplo, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

⁵ Segundo Williamson (1991, p. 08-17, *apud* BRESSER-PEREIRA, 1995, p.06, grifos do autor), o “consenso de Washington” é constituído de 10 reformas: a) disciplina fiscal visando eliminar o déficit

As ideias defendidas por aqueles presentes no Consenso, era de que os motivos para esses países periféricos estarem em crise eram que, eles possuíam um “Estado grande”, com um número enorme de empresas públicas, que davam poucas respostas rentáveis e também a ineficiência desses países com os gastos públicos e a relação às receitas que o Estado possuía (BRESSER-PEREIRA, 1995).

É válido ressaltar que as propostas neoliberais ainda continuam circulando. No campo da economia, essa doutrina fracassou, não deu retorno em lucros que o capital possuía antes da crise, na área social, seus anseios foram conquistados, já que vários países se tornaram extremamente desiguais, na política, houve um grande sucesso, tornando-se hegemônico e se espalhando para muitas nações (ANDERSON, 1995).

Em relação ao Brasil, país latino americano e periférico, o programa neoliberal chegou de forma tardia, na década de 1990. Trouxe consigo ajustes com relação à gerência do Estado. Os governos colocaram em prática o receituário proposto pelo neoliberalismo, pouco tempo depois das conquistas oriundas da Constituição⁶ Federal de 1988 pós redemocratização, a qual fora denominada de Constituição Cidadã por ter incorporado e considerado uma série de direitos até então nunca visualizados pelas autoridades competentes.

Cabe destacar que a CF/88 trouxe o ideário do que poderia ter sido considerado como Welfare State para o Brasil, porém, logo pouco após a sua promulgação, na década de 1990, foi introduzido o neoliberalismo no país, vindo a destruir tudo aquilo que poderia ter se consolidado como estado de bem-estar social, conforme discutiremos no item posterior.

1.2 Os direitos sociais na Constituição Federal e a Contrarreforma do Estado brasileiro

público; b) mudança das prioridades em relação às despesas públicas, eliminando subsídios e aumentando gastos com saúde e educação; c) reforma tributária, aumentando os impostos se isto for inevitável, mas “a base tributária deveria ser ampla e as taxas marginais deveriam ser moderadas”; d) as taxas de juros deveriam ser determinadas pelo mercado e positivas; e) a taxa de câmbio deveria ser também determinada pelo mercado, garantindo-se ao mesmo tempo em que fosse competitiva; f) o comércio deveria ser liberalizado e orientado para o exterior (não se atribui prioridade à liberalização dos fluxos de capitais); g) os investimentos diretos não deveriam sofrer restrições; h) as empresas públicas deveriam ser privatizadas; i) as atividades econômicas deveriam ser desreguladas; j) o direito de propriedade deve ser tornado mais seguro”.

⁶ “[...] Nossa Carta Magna está longe de ser perfeita e já sofreu mais de setenta emendas – em sua maior parte regressivas. Mas representa uma tentativa negociada de se construir um Estado de bem-estar ao Sul do mundo, cuja maior expressão são o Sistema único de Saúde (SUS) e o Sistema de Seguridade Social. São projetos universalizantes que, se contassem com dotação orçamentária devida, poderiam minorar nossa terrível desigualdade social. Pois são justamente essas duas áreas as primeiras a serem atacadas, [...]” (JINKINGS, 2016, p.11).

A década de 1980 marcou avanços no que concerne aos direitos sociais. Diversos países da América Latina, assim como o Brasil (vivenciaram) períodos ditatoriais e crises, após os processos turbulentos vivenciados no mundo décadas anteriores, e foram nesses momentos que a luta pelos direitos entrou no debate dos movimentos políticos.

No âmbito do pensamento crítico, a preocupação mais direta com a luta pela realização dos direitos se ergue com enorme força a partir do término da Segunda Guerra Mundial, sobretudo após as nefastas experiências do nazi-fascismo, do stalinismo e, mais adiante, a partir da década de 1960, com as ditaduras militares na América latina, período em que movimentos sociais e diferentes sujeitos coletivos passam a defender e consolidar em sua agenda política, a cultura de defesa dos direitos (BEHRING; SANTOS, 2009, p. 15).

O Brasil vivenciou nas décadas de 1960/1980 uma difícil situação em decorrência da Ditadura Civil Militar. O fim desse processo se deu por meio da luta das forças progressistas, como os movimentos sociais, partidos políticos, intelectuais e profissionais de diversas áreas, que permitiram romper com esse período doloroso que o país vivia, assim como a luta pelos direitos também se fazia presente.

O fim desse processo desencadeou a promulgação da Constituição Federativa do Brasil em 1988, marcada por fortes embates políticos, porém, trouxe grandes avanços na afirmação dos direitos sociais. Tais direitos, são definidos no artigo 6º da Constituição, como: “[...] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]”.

As políticas sociais são os principais mecanismos para garantir a efetivação desses direitos. Elas são estratégias do sistema capitalista para o enfrentamento das expressões características da contradição entre Capital X Trabalho, são reflexos da luta de classes (BEHRING, 2009).

Cabe destacar aqui as políticas que constituem o tripé da Seguridade Social, que são as políticas de Assistência Social, Saúde e Previdência Social. É importante ressaltar que a seguridade brasileira é híbrida, pois, é baseada nos modelos de proteção social Beveridgiano⁷ e Bismarckiano⁸.

⁷ As primeiras iniciativas de benefícios previdenciários que vieram a constituir a seguridade social no século XX nasceram na Alemanha, no final do século XIX, mais precisamente em 1883, durante o Governo do Chanceler Otto Von Bismarck, em resposta às greves e pressões dos trabalhadores.

⁸ Enquanto os benefícios assegurados pelo modelo bismarckiano se destinam a manter a renda dos trabalhadores em momentos de risco social decorrentes da ausência de trabalho, o modelo beveridgiano tem como principal objetivo a luta contra a pobreza (BEVERIDGE, 1943). As diferenças

Conforme Behring (2009), o modelo Beveridgiano influenciou as políticas de saúde e assistência social. Sua gênese se deu em meio a Segunda Guerra Mundial, caracterizou-se por se fazer presente durante o Estado de Bem Estar Social dos países capitalistas centrais a partir do Plano Beveridge, com acesso universal dos direitos sociais, sem necessidade de contribuição prévia. Já o modelo Bismarckiano é baseado nos seguros privados, sendo necessária uma contribuição prévia.

Com relação ao modelo Beveridgiano, vejamos:

No sistema beveridgiano, os direitos têm caráter universal, destinados a todos os cidadãos incondicionalmente ou submetidos a condições de recursos, mas garantindo mínimos sociais a todos em condições de necessidade. O financiamento é proveniente dos impostos fiscais, e a gestão é pública, estatal. Os princípios fundamentais são a unificação institucional e uniformização dos benefícios (BEVERIDGE, 1943; CASTEL, 1998 *apud* BOSCHETTI, 2009, p.325).

Isso posto, pode-se evidenciar que os dois modelos apresentavam características diferenciadas, sendo um de caráter estatal não contributivista e o outro se dava a partir de critérios de contribuição.

O chamado modelo bismarckiano é considerado como um sistema de seguros sociais, porque suas características assemelham-se às de seguros privados: no que se refere aos direitos, os benefícios cobrem principalmente (e às vezes exclusivamente) os trabalhadores, o acesso é condicionado a uma contribuição direta anterior e o montante das prestações é proporcional à contribuição efetuada; quanto ao financiamento, os recursos são provenientes, fundamentalmente, da contribuição direta de empregados e empregadores, baseada na folha de salários; em relação à gestão, teoricamente (e originalmente), cada benefício é organizado em Caixas, que são geridas pelo Estado, com participação dos contribuintes, ou seja, empregadores e empregados (BOSCHETTI, 2003). Esse modelo orientou e ainda sustenta muitos benefícios da seguridade social, sobretudo, os benefícios previdenciários (BOSCHETTI, 2009, p.324-325).

Retomando a discussão da seguridade social e discutindo as políticas que compõem o seu tripé, pode-se afirmar que a política de assistência social é responsabilidade do Estado brasileiro, configurando-se como um direito de cidadania,

desses princípios provocaram o surgimento e instituição de diferentes modelos de seguridade social nos países capitalistas, com variações determinadas pelas diferentes relações estabelecidas entre o Estado e as classes sociais em cada país. Hoje, é difícil encontrar um “modelo puro”. As políticas existentes e que constituem os sistemas de seguridade social em diversos países apresentam as características dos dois modelos, com maior ou menor intensidade. No Brasil, os princípios do modelo bismarckiano predominam na previdência social, e os do modelo beveridgiano orientam o atual sistema público de saúde (com exceção do auxílio doença, tido como seguro saúde e regido pelas regras da previdência) e de assistência social, o que faz com que a seguridade social brasileira se situe entre o seguro e a assistência social (BOSCHETTI, 2006 *apud* BOSCHETTI, 2009, p.325).

universal, não necessitando de contribuição para acessá-la e é direcionada para quem dela precisar, provendo as necessidades básicas. Se efetiva com ações do Estado e da sociedade em geral e por meio da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) 8742/93, além de também está preconizada na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Todavia, cabe registrar que apesar do caráter de universalidade da Política de Assistência social, conforme preconiza a própria LOAS, para que os/as usuários/as possam ter direito ao Benefício de prestação continuada, por exemplo, tem que apresentar renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, sendo que para os demais auxílios, sendo maior ou menor que esse valor. Esse aspecto denota claramente o caráter minimalista e de vulnerabilidade sócio econômica das pessoas e famílias que são atendidas por tal política, sendo que para se inserir no CádÚnico, cadastro responsável por identificar as pessoas de baixa renda no Brasil, o critério é a renda mensal de um salário mínimo e meio.

A política de saúde brasileira também é de caráter universal, tendo sido conquistada a partir do movimento pela reforma sanitária⁹. A referida política, tem como critérios básicos a universalidade, equidade e integralidade. A efetivação desta política está nas Leis Orgânicas de Saúde 8080/90 e 81242/90. Na carta magna essa política passou a também ser um caráter universal, um direito para todos os cidadãos, brasileiros ou não que estejam no país, e uma obrigação do Estado, sem haver uma contribuição precedente.

No tocante a Previdência Social, tem o caráter de proteção baseado em um seguro social, sendo necessária uma contribuição prévia para o seu acesso, cobertura e proteção. Fica a cargo dessa política a operacionalização do BPC, além de ser responsável por outros benefícios e pelas aposentadorias, com seus respectivos critérios.

⁹ “O movimento da Reforma Sanitária nasceu no contexto da luta contra a ditadura, no início da década de 1970. A expressão foi usada para se referir ao conjunto de ideias que se tinha em relação às mudanças e transformações necessárias na área da saúde. Essas mudanças não abarcavam apenas o sistema, mas todo o setor saúde, em busca da melhoria das condições de vida da população. Grupos de médicos e outros profissionais preocupados com a saúde pública desenvolveram teses e integraram discussões políticas. Este processo teve como marco institucional a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986. Entre os políticos que se dedicaram a esta luta está o sanitarista Sergio Arouca. As propostas da Reforma Sanitária resultaram, finalmente, na universalidade do direito à saúde, oficializado com a Constituição Federal de 1988 e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS)”. Disponível em: <https://pensesus.fiocruz.br/reforma-sanitaria>. Acesso em: 15/03/2021

Dessa forma, as políticas de seguridade social se tornaram assim como a ampliação do que são os direitos sociais elencados na Constituição Federal de 1988, importantes conquistas dos/as trabalhadores/as brasileiros/as.

É sabido que a luta sindical, a dos movimentos sociais e de outros sujeitos coletivos são importantes na construção e na obtenção de direitos. Porém, é relevante elencar a realidade da ordem vigente, a existência de interesses antagônicos devido a luta de classes. O capitalismo tem colocado suas mãos de forma a destruir e regredir esses direitos

[...] apesar dos avanços democráticos e da organização de inúmeros sujeitos coletivos e suas lutas reivindicando direitos, temos que considerar a relação de determinação posta pela totalidade da vida social. As respostas dadas aos sujeitos em suas lutas são permeadas por interesses de classes. Em cada conjuntura, as conquistas e/ou regressão de direitos resultam de embates políticos e, nesse front, os interesses do capital têm prevalecido (BEHRING, SANTOS; 2009, p. 17).

Cabe aqui notar que a partir dos anos de 1990, quando a classe trabalhadora ainda mal usufruía dos direitos conquistados e estabelecidos na CF/88, o Brasil adotou na década de 1990 o receituário proposto pelas organizações multilaterais com o Consenso de Washington, conduzindo contrarreformas¹⁰ e conseqüentemente a destruição desses direitos por meio da política neoliberal.

No governo de Fernando Collor houveram as primeiras tentativas de adequação ao neoliberalismo. Segundo Behring (2008, p.152) “a política econômica nos dois anos do governo do Collor (1990-1992) pautou-se por uma adequação destrutiva ao reordenamento mundial” para alinhamento com o mercado, o presidente também se mostrou contra a implementação da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), sancionada posteriormente. Porém, o referido presidente sofreu um processo de impeachment em decorrência do desvio de verbas públicas para interesses particulares. Diante disso, o seu vice Itamar Franco passou a assumir a Presidência da República.

¹⁰ “A palavra “reforma” foi sempre organicamente ligada às lutas dos subalternos para transformar a sociedade e, por conseguinte, assumiu na linguagem política uma conotação claramente progressista e até mesmo de esquerda. O neoliberalismo busca assim utilizar a seu favor a aura de simpatia que envolve a ideia de “reforma”. É por isso que as medidas por ele propostas e implementadas são misticatoriamente apresentadas como “reformas”, isto é, como algo progressista em face do “estatismo”, que, tanto em sua versão comunista como naquela social-democrata, seria agora inevitavelmente condenado à lixeira da história” (COUTINHO, 2012, p. 122).

Desse modo, a década de 1990 foi marcada por um momento crucial, a adoção do Plano Real, pautada pela eleição do governo Fernando Henrique Cardoso. As propostas de FHC para o pleito eleitoral não deixavam muita opção para os/as brasileiros/as na hora de votar, já que o país vivia uma alta inflação. Esse plano baseava-se na criação de uma moeda para que houvesse a diminuição da inflação (BEHRING, 2008). Essa medida empregada estava inserida dentro das propostas elencadas em Washington.

Ademais, é adotado o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado¹¹, criado com a intenção de dar uma nova gerência para o Estado brasileiro, de reformar a sua administração e de modernizá-la. Dentre seus objetivos, cabe destacar, estavam as privatizações, características do governo FHC para o favorecimento do capital internacional, além da transformação de instituições públicas em organizações sociais, sem fins rentáveis.

[...] realizou amplo processo de contrarreforma do Estado e de seu aparelho, privatizando empresas estatais, introduzindo na administração pública modelos gerenciais de bases mercadológicas, legalizando as transferências orçamentárias para as Organizações Sociais de Interesse Público (Oscip), imprimindo a tônica mercadológica à educação e inaugurando o movimento de contrarreforma na Seguridade Social, com ataques à Saúde e à Previdência Social (SILVA, 2018, p. 136).

As medidas adotadas nesse governo trouxeram consigo um duro ataque aos direitos sociais pautado na lógica do interesse privado. Isso desencadeou retrocessos nas políticas que formam a seguridade social, tornando-as submissas a política econômica (BEHRING, 2008). Exemplo disso, foi a contrarreforma na política de previdência social¹².

Posto esse cenário, a educação também foi duramente fragilizada, esse direito social, se tornou, pela via do ensino à distância¹³, sobretudo com a expansão massiva

¹¹Documento

disponível

em:

<https://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>

¹² “Essa emenda atingiu sobretudo o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), e as mudanças seguiram a lógica que move até o presente esse movimento de contrarreforma: a extinção e/ou reconfiguração de benefícios, redução de seus valores e tempo de usufruto e ampliação do tempo de contribuição” (SILVA, 2018, p. 137).

¹³ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi o marco para a ampliação da modalidade de ensino à distância, já que anteriormente era reservado para cursos de cunho profissional e complementar (CFESS, 2015). Essa forma de ensino ganha força para os demais níveis de ensino a partir dos Decretos 2.494/98 e 2.561/98. Esses decretos permitiram que as instituições de ensino públicas e privadas ofertassem cursos à distância em todos os níveis de ensino, de acordo com a legislação específica do Ministério da Educação e do Desportos a partir do que foi estabelecido pela Lei de diretrizes e bases da educação nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

de cursos superiores, baseado no aligeiramento dos processos de formação profissional. Do mesmo modo, outras áreas também foram afetadas por essa contrarreforma, se tornando objeto para que o sistema capitalista pudesse lucrar.

Conseqüentemente, os/as trabalhadores/as sofreram esses ataques duplamente, porque as políticas públicas passaram a ser fragilizadas através de ajuste fiscal, ao passo que houve um aumento do desemprego e da informalidade por meio da precarização das relações trabalhistas.

Nesse contexto, cabe elencar o que Coutinho (2012, p.122) afirma “a luta de classes, que certamente continua a existir, não se trava mais em nome da conquista de novos direitos, mas da defesa daqueles já conquistados no passado”. O Neoliberalismo colocou em xeque esses direitos que são reflexos do conflito dos/as trabalhadores/as contra a burguesia, e nesse cenário contemporâneo a luta que existe é em prol da permanência desses direitos e da inserção no mercado de trabalho, contudo, o que se evidencia é o aumento extenuante do desemprego.

É sabido que alguns direitos conquistados anteriormente, nos períodos dos “anos de ouro” do capitalismo permaneceram devido às lutas sociais empregadas pelos/as trabalhadores/as, sendo que, vêm sendo constantemente ameaçados e minimizados diante das inúmeras contrarreformas trabalhistas e previdenciárias.

Os resultados das contrarreformas foram desastrosos para a classe subalterna, que permeada pelo desemprego e informalidade no Brasil, no caso, no Governo FHC, se viu à mercê do aumento da pobreza, que acarretou em uma reação mínima das instituições financeiras direcionadas a um falso combate a essa expressão da questão social, que de forma alguma, eliminou a sua existência, muito menos a contrarreforma que o Estado brasileiro vivencia, como afirma Coutinho:

[...] a época neoliberal não destrói integralmente algumas conquistas do Welfare, o que se deve, sobretudo, à resistência dos subalternos. Por outro lado, nos círculos neoliberais mais ligados à chamada “terceira via” (e até mesmo em organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial) vem se manifestando nos últimos tempos uma “preocupação” em face das conseqüências mais desastrosas das políticas neoliberais (que continuam malgrado isso a ser aplicadas), entre as quais, por exemplo, o aumento exponencial da pobreza. Mas esta “preocupação” – que levou à adoção de políticas sociais compensatórias e paliativas, como é o caso do “Fome Zero” aqui no Brasil – não anula o fato de que estamos diante de uma indiscutível contra-reforma (2012, p.123).

A contrarreforma do Estado iniciada em Collor com reflexo do receituário neoliberal, tendo sua manifestação explosiva em FHC, não se restringiu a esses

governos, pois, nos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff¹⁴, apesar dos avanços conquistados pela classe trabalhadora, as medidas destes foram influenciadas pelos organismos financeiros, não deixando de lado a política neoliberal.

Além disso, com o golpe¹⁵ da democracia em 2016 e a saída de Dilma da presidência, alguns “fantasmas” vivenciados na década de 1990 voltam à tona de forma intensificada, as contrarreformas que atingiram duramente os/as trabalhadores/as brasileiros/as, a da previdência social e a trabalhista.

No cenário atual, no Brasil fascista de Bolsonaro, o país vive uma barbárie, em que o negacionismo, o descrédito da ciência e a destruição dos direitos sociais, aliado a uma crise política e social, se fazem presentes em meio à maior crise sanitária¹⁶ da história do país.

1.3 Dos governos petistas a Bolsonaro: conquistas, ameaças e retrocessos

Nos anos 2000, especificamente no ano de 2003, quando Lula chegou à presidência da república, continuou adotando em seu governo o que era exigido pelas organizações internacionais do sistema financeiro. Seguindo os passos dos processos iniciados em FHC.

[...] Lula da Silva deu plena continuidade à orientação macro-econômica implantada por Fernando Henrique Cardoso e seu *Partido da Social-Democracia Brasileira*/PSDB – entregando, por exemplo, a direção do Banco Central a um ex-servidor do Bank of Boston (homem, portanto, inteiramente confiável ao “mercado” e aos “investidores”) e implementando a *Lei de Responsabilidade Fiscal*, exigida por instituições como o FMI e o Banco Mundial. Se não avançou nas privatizações – processo escandaloso

¹⁴ Apesar da continuidade do pacto com o capital internacional para o fortalecimento deste e das inúmeras falhas que ocorreram nos governos Lula e Dilma, é cabível registrar, conforme aponta Chauí (2016, p. 15) que: “Estudos, pesquisas e análises mostram que houve uma mudança profunda na composição da sociedade brasileira, graças aos programas governamentais de transferência de renda, inclusão social e erradicação da pobreza, à política econômica de emprego e de elevação do salário mínimo, à recuperação de parte dos direitos sociais das classes populares (sobretudo relativos a alimentação, saúde, educação e moradia), à articulação entre esses programas e o princípio do desenvolvimento sustentável e aos primeiros passos de uma reforma agrária que permita às populações do campo não correr à migração forçada em direção aos centros urbanos. Os programas sociais determinaram mudanças profundas nos costumes (particularmente no que se refere às mulheres e aos jovens), operando transformações no plano da cultura, isto é, dos valores simbólicos”.

¹⁵ “[...]. O golpe político, no Brasil, foi desferido a jato. Mas sua preparação levou anos, com o trabalho de deslegitimação dos governos eleitos, levado a cabo pela mídia, pelos institutos privados destinados à disputa ideológica e pelos movimentos pretensamente “espontâneos”, mas que, como já comprovado, foram financiados e treinados por fundações estadunidenses” (MIGUEL, 2016, p.34).

¹⁶ Brasil passa pela maior crise sanitária e hospitalar da história, diz Fiocruz. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/03/17/brasil-passa-pela-maior-crise-sanitaria-e-hospitalar-da-historia-diz-fiocruz.ghtml>

sob a presidência de Cardoso –, conduziu a nível mais profundo a reforma previdenciária, que Cardoso não pôde levar a cabo precisamente pela oposição parlamentar antes comandada pelo PT (NETTO, 2013, p. 31, GRIFOS DO AUTOR).

Apesar de Lula não continuar com as desestatizações promovidas pelo governo anterior, colocou em determinados cargos, indivíduos que representavam os interesses das organizações multilaterais. Diante disso, demonstrou sua aliança com essas instituições, assim como, seu governo propôs uma contrarreforma que afetou a política de previdência social, que anteriormente o partido pelo qual ele fazia parte se mostrava contra, afetando os/as servidores/as públicos/as, demonstrando o pacto que o seu governo tinha com a classe dominante.

Em face a isso, os grandes grupos capitalistas se acentuaram por centralizarem ainda mais riquezas, a partir das ações e investimentos de seu governo, a fim de que, os grandes bancos tivessem um maior crescimento de seus lucros. Além disso, ao mesmo tempo, o país passa a ter um sinal positivo para que houvesse investimentos estrangeiros, fazendo que ocorresse o aumento da Bolsa de Valores em seu segundo mandato (NETTO, 2013).

Outros fatores importantes que cabem destacar, é foram adotadas medidas por Lula para a obtenção do equilíbrio econômico com objetivo de ajuste fiscal, pararelamente a isso, ocorreu a elevação dos juros, fazendo com que os capitais pudessem circular livremente. Ademais, ao não adotar medidas de distribuição de riqueza, optou-se por uma estratégia que fez com que a classe trabalhadora pudesse acessar determinada renda por meio dos programas de transferência, a exemplo, o Programa Bolsa Família, que permitiu acesso da classe ao consumo, já que uma porção dos/as trabalhadores/as estavam vivendo em extrema pobreza (IAMOMOTO, 2008, *apud* CASTILHO; LEMOS; GOMES, 2017, p.453).

Apesar do acesso ao consumo por uma parcela dos/as trabalhadores/as, o governo Lula possibilitou uma conquista no que tange a aproximação com os elementos básicos de sobrevivência, contudo, seu governo não teve nenhum interesse em discutir questões estruturais do sistema capitalista ou questionar a ordem vigente, aderiu as propostas neoliberais cedendo ao grande capital, principalmente aos bancos, favorecendo para que pudessem vir a lucrar.

No quesito dos direitos sociais e da seguridade social, tiveram algumas conquistas: Na assistência social, a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na Saúde, o surgimento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

(SAMU), a criação das Unidades de Pronto Atendimento (UPA), o Programa Farmácia Popular, a ampliação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPs), além da criação de um programa de habitação, o Minha Casa Minha Vida.

Com as eleições em 2010, Dilma (2011-2016) apoiada por Lula assume a presidência, e não diferente do governo anterior, adota medidas que impactam os/as trabalhadores/as brasileiros/as, por meio de mais ajustes na previdência social.

[...] medidas provisórias que posteriormente viraram leis e que tinham como elementos centrais a redução da aquisição de direitos ofertados pela previdência pública, assim como a diminuição e a restrição dos recursos de benefícios, num total ataque àqueles que mais dependem dessa política, no caso, dos(as) trabalhadores(as), sinalizando de alguma maneira a “necessidade” de se alterar a idade mínima para aposentadoria com modificações nas regras para trabalhadores(as) rurais e pensão por morte [...] (CASTILHO; LEMOS; GOMES, p. 455).

Sendo assim, houveram algumas ações no Brasil, durante o governo Dilma, que retiraram direitos da previdência, restringindo seu acesso, representando um dos retrocessos marcantes no seu governo, dando ênfase para que houvesse uma nova contrarreforma da previdência, que seria manifestada pelo seu sucessor, Michel Temer e aprovada com alterações no governo Bolsonaro.

No governo Dilma, houve também o intuito de “combater” a pobreza e de superá-la. Influenciados pelas organizações financeiras, era uma marca dos governos petistas, já que o neoliberalismo produziu desigualdades, aumentando a miséria da classe subalterna, sendo que, era necessário continuar dando respostas para evitar conflito sociais, assim, Dilma criou o programa Brasil Sem Miséria¹⁷.

Porém, durante o seu segundo mandato, a economia brasileira passava por um processo de estagnação econômica devido ao seu governo, com aumento de “gastos governamentais e falta de controle das taxas de inflação impostas pelo próprio governo, indicando um quadro de possível recessão” (CASTILHO; LEMOS; GOMES, 2017, p. 455), gerando grande descontentamento por alguns setores da sociedade, bem como por partes da população que chegou a ir às ruas por diversas vezes para solicitar o impeachment da presidente. Ressalta-se que essas reivindicações eram organizadas por membros de partidos da elite brasileira, porém, muitos

¹⁷ Foi um programa direcionado a superação do nível mais extremo de pobreza no Brasil, a partir de uma concepção multidimensional, não se restringindo apenas a renda, mas o acesso a outras políticas. É Constituído de três eixos, um com relação a transferência de renda, outro a inserção nas diversas políticas públicas existentes, e outra com relação ao trabalho, para criar oportunidades de gerar renda, seja na zona rural, como urbana. Consultar: <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/o-que-e>

trabalhadores/as aderiam com a pseudo ilusão de que estavam lutando por uma sociedade mais justa e igualitária, não entendendo o real objetivo daquele intento contra a democracia e um golpismo no governo legítimo e democraticamente eleito

Essa insatisfação levou a democracia brasileira em 2016 a um golpe¹⁸, que tiraria a presidente Dilma Roussef para que Temer, seu vice, o ilegítimo, assumisse. O país passa por turbulências, ao mesmo tempo com o avanço da direita brasileira ao poder e crescimento da ideologia conservadora e extremamente neoliberal, que teve sua gênese em 2013, culminando em um golpe que tinha como base o parlamento brasileiro, a mídia e o sistema judiciário brasileiro.

[...] onda conservadora e ultraneoliberal pode ser identificado a partir de 2013, com as manifestações espontâneas de massas, cujas pautas são reveladoras da insatisfação popular em relação aos serviços públicos, à democratização do Estado e aos paradoxos da gestão petista, então ocupante da Presidência da República [...] abrindo espaço para a ofensividade da direita tradicional, da nova direita e dos seus asseclas. Seu ápice foi o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016, quando depuseram uma presidente da República legitimamente eleita (MOTA, 2019, p. 141).

O Brasil entrava em um processo obscuro de retirada de direitos sociais e de desconstrução das relações trabalhistas. Temer assume a presidência promovendo transformações no que tange a legislação do trabalho para favorecer os interesses dos grandes capitalistas, e com relação ao orçamento e investimento das políticas sociais, assim como tenta aprovar uma nova contrarreforma na política de previdência social¹⁹, rompendo as configurações das relações de classe existentes nos governos de Dilma e Lula.

[...] é no governo Temer que se percebe uma aceleração dos desmontes de todo o sistema protetivo do trabalho, como meio de atender aos interesses dos organismos internacionais e dos grandes oligopólios nacionais e internacionais, materializado pelo conjunto de projetos de lei e emendas constitucionais para garantir os compromissos assumidos com o capital financeiro. A lógica simples, mas absolutamente perversa, demonstrou a

¹⁸ “Se observarmos a história mundial nos últimos dois séculos, o que predomina é o Estado de exceção. A democracia é que foi excepcional. De uma forma ou de outra, fica claro que ela é um peso grande para o Estado, para as classes dominantes e para o capital financeiro. A democracia atrapalha, ela não facilita o trabalho da política capitalista. Daí a tendência a reduzir o espaço democrático, tomar medidas de exceção e até mesmo usar o método do golpe, como estamos vendo na América Latina. O golpe de 2016 no Brasil não é o primeiro. [...]. Isso mostra que a democracia não está mais sendo útil, que ela está atrapalhando a implantação das políticas neoliberais” (LOWY, Michael, 2016, p.60).

¹⁹ Nessa proposta inicial de contrarreforma na política, estava a idade de aposentadoria que seria fixado em 65 anos tanto para homens como para mulheres, o tempo para contribuir passaria a ser de 25 anos, já os/as trabalhadores/rurais teria que contribuir ao INSS, se aposentariam com 65 anos, entre outras mudanças. Consultar: <https://g1.globo.com/economia/noticia/veja-as-mudancas-que-o-governo-propoe-com-a-reforma-da-previdencia.ghtml>

impossibilidade de continuação do projeto de conciliação de classes emergente nos governos petistas, que ora mantinha os históricos privilégios da burguesia nacional e internacional, ora investia em políticas compensatórias para os(as) trabalhadores(as). Parece que o governo “esqueceu-se” somente de lembrar que, sob essa lógica, as elites capitalistas buscam a todo momento criar condições materiais e ideológicas de retomar o poder por meio de seus representantes legítimo (CASTILHO; LEMOS; GOMES, 2017, p. 456).

O seu governo é permeado por uma contrarreforma trabalhista, por meio da Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017²⁰. Essas modificações produziram “modernizações” dos contratos que acarretou em uma desigualdade, favorecendo os/as empregadores/as, fazendo com que houvesse a retirada de direitos dos/as trabalhadores/as, enfraquecendo suas organizações político-sindicais de representação por meio da não-obrigatoriedade da contribuição sindical, ao mesmo tempo em que, houve aumento da informalidade e a insegurança promovida por ela com relação a cobertura pela previdência social (PASSOS; LUPATINI, 2020).

Percebe-se que os/as trabalhadores/as são violentamente abalados/as por essa contrarreforma. Pregava-se pelos seus idealizadores a facilitação que essa “reforma” seria para o crescimento das vagas de empregos, porém não trouxe mudanças, a não ser efeitos negativos para a classe subalterna²¹.

A Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016²² também prejudica extremamente os direitos, congelando os investimentos por vinte anos, a partir de um novo regime fiscal e da seguridade social brasileira, afetando a saúde, educação, assistência social, assim como outras políticas.

Bolsonaro é eleito, assumindo o mandato no ano de 2019. Sua gestão é marcada por *fake news*, uma forma que os governos de direita têm encontrado para chegar ao poder, no caso de Bolsonaro desde o processo eleitoral que levou a sua chegada a presidência da república assim como nas ações de governo. Há também o avanço do ultra neoliberalismo e de uma onda conservadora com discurso autoritário e de ódio contra a esquerda e seus coletivos, privilegiando a aprovação de conteúdos da direita brasileira e de favorecimento do grande capital.

²⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.html

²¹ Reforma trabalhista completa 3 anos; veja os principais efeitos. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/11/11/reforma-trabalhista-completa-3-anos-veja-os-principais-efeitos.ghtml>.

²² Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm

Com movimentos sociais e sindicais enfraquecidos, esta insatisfação foi bem capitaneada pela extrema direita, sagaz em identificar inimigos entre a própria classe trabalhadora (comunistas, imigrantes, muçulmanos, negros, índios e etc.) O discurso de ódio mobiliza e legitima o uso da violência para construir as bases de sustentação do avanço de pautas reacionárias e o aprofundamento das relações capitalistas (BRETTAS, 2020, p. 12).

Para privilegiar o grande capital, seu governo começa com o intuito de retirar direitos dos/as trabalhadores/as. Ocorre a aprovação da “reforma” na política de previdência social com a Emenda Constitucional n. 103/2019²³. Essas mudanças negativas acarretaram em impactos para a classe trabalhadora, principalmente para as mulheres brasileiras, com o aumento da idade mínima para 62 anos.

O governo Bolsonaro desconstrói diretamente os direitos sociais e as empresas brasileiras do Estado. O ataque às políticas públicas não se restringiu à previdência social, pois, a Política de Segurança Alimentar e Nutricional também começa a ser desmontada²⁴, e ocorre as tentativas de desconstrução da Saúde Mental do SUS²⁵. No campo da economia, o governo adere às privatizações de empresas estatais²⁶.

O ano de 2020 é abalado pelo surgimento de uma pandemia, causada pelo SARS-CoV-2, vírus descoberto no ano de 2019 em Wuhan, na China²⁷, enquanto a saúde do Brasil já é impactada pela EC 95/2016.

Diante do pior quadro de saúde vivenciado pelo país nos últimos tempos, Bolsonaro reage de forma irracionalista e negacionista à crise sanitária que atinge o mundo, com descrédito na ciência, contrário as medidas de segurança sanitária e favorável a tratamentos com medicações sem comprovação científica, e com posicionamentos benéficos ao sistema capitalista.

Para enfrentar a pandemia, a resposta do presidente terraplanista está centrada em dois pontos: na propaganda de medicamentos cuja eficácia ainda não está comprovada, espalhando uma sensação de segurança nas pessoas, que passam a acreditar no possível combate ao vírus com alguns comprimidos; na defesa pelo fim do isolamento social para a continuidade da atividade econômica (BRETTAS, 2020, p. 13).

²³ Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm

²⁴ Bolsonaro promove desmonte das políticas de combate à fome. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/04/bolsonaro-promove-desmonte-das-politicas-de-seguranca-alimentar>.

²⁵ Entidades vão à luta contra desmonte da Política de Saúde Mental do SUS. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/11/entidades-vao-a-luta-contr-desmonte-da-politica-de-saude-mental-do-sus>.

²⁶ Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/politica/painel-das-privatizacoes/>

²⁷ Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>

Isso demonstra o acirramento da luta de classes no cenário contemporâneo no Brasil, que vive uma barbárie. “O capital não tem, por isso, a menor consideração pela saúde e duração de vida do trabalhador, a não ser quando é coagido pela sociedade a ter consideração” (MARX, 2013, p. 383).

O desemprego atinge a classe trabalhadora em meio a pandemia causada pelo novo coronavírus, o país chega a marca de 13,9 milhões de indivíduos sem emprego, com uma taxa de desemprego de 13,9%, e 5,8 milhões de desalentados no último trimestre de 2020 segundo os dados do IBGE²⁸, momento em que o país atinge a triste marca de 419.114 óbitos desde o início da pandemia da Covid-19²⁹, com apenas 16,49% da população brasileira vacinada e que tomaram a primeira dose³⁰.

É nesse cenário contemporâneo de crise capitalista, de contrarreforma do Estado, de avanço da extrema direita e do ultra neoliberalismo que muitos desafios e ameaças aparecem ao Projeto Ético Político do Serviço Social, e para isso, é preciso entender como se deu a constituição da profissão no Brasil até os processos que levaram a resposta da profissão ao conservadorismo e ao alcance da sua maturidade teórico metodológica, ético política e técnico operativa.

2 DA GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL A EMERGÊNCIA DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO

2.1 O Surgimento e a Institucionalização do Serviço Social no Brasil

Conforme Montañó (2007), a profissão de Serviço Social possui duas teses para sua origem, ambas se contrapõem. A tese endogenista, entende que a gênese do Serviço Social se baseia “na evolução, organização e profissionalização das formas “anteriores” de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada agora à intervenção na “questão social” (p. 19-20). Assim, essa tese pressupõe que o Serviço Social surgiu a partir de um processo evolutivo e organizado que veio antes, com ações de caráter não-estatal e não-público, naquele momento, para interferir na questão social.

Outra tese para o surgimento da profissão é a histórico-crítica, oposição a

²⁸ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php/>. Acesso em 08/05/2021

²⁹ Disponível em: <https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>. Acesso em 08/05/2021

³⁰ Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>. Acesso em 08/05/2021.

endogenista, seus idealizadores defendem que a natureza profissional se origina a partir de:

Projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à “questão social” (MONTAÑO, 2007, p.30).

Esse argumento é imprescindível para entendermos que o Serviço Social surge a partir das ações de cunho político e econômico em determinado contexto histórico. Sendo que esse “universo” é constituído de ideologia e de ações da classe burguesa, que acabam sendo reproduzidas por outras classes, em determinada fase do sistema capitalista, a dos monopólios. Essa tese é indispensável para entender de fato, a gênese da profissão, pois é crítica, uma vez que parte da compreensão de que o Estado passa a intervir nas expressões da questão social em meio ao acirramento da luta de classes, no qual a contradição entre Capital e Trabalho irrompe, fazendo com que o/a assistente social passe a se inserir na divisão sociotécnica do trabalho, colaborando com a reprodução das relações sociais capitalistas.

No Brasil, as décadas de 1910-1920 marcam um grande momento de revoltas da classe operária por melhores condições de vida, de trabalho e de salário. O Estado, a Igreja e o empresariado tomaram atitudes que tinham o intuito de reprimir e desmontar os movimentos dos/as trabalhadores/as que existiam na época, só que as expressões da questão social já massacravam a vida da classe subalterna.

A luta pela vida, pela sobrevivência, pelo trabalho, pela liberdade levava o proletariado a avançar em seu processo organizativo, o que era visto com muita apreensão pela burguesia. Unindo-se ao Estado e à Igreja, como poderes organizados, a classe dominante procurava conceber estratégias com força disciplinadora e desmobilizadora do movimento do proletariado. Porém, os antagonismos que marcavam as relações sociais do sistema capitalista e que penalizavam o trabalhador e sua família já não admitiam mais recuos. A luta de classes se impunha como uma realidade irreversível, determinando um quadro social marcado pela permanente tensão (MARTINELLI, 1989, p. 122).

Assim, era necessário oferecer respostas, sendo que os indivíduos que realizavam ações de cunho filantrópico e os agentes sociais se tornaram peça-chave para a burguesia, que toma para si as atividades que eles desenvolviam para responder aos interesses do capital e apaziguar os conflitos existentes

O interesse marcadamente utilitarista da burguesia e a ética reificada que lhe dava a sustentação tornavam justificada a atitude da classe dominante de se

apropriar dos trabalhos desenvolvidos pelos filantropos e pelos agentes sociais, conferindo-lhes uma conotação política e ideológica, em termos de controle e repressão [...] fortemente impregnado na estrutura da sociedade burguesa, forjava-se uma perspectiva de prática social moldada para responder às existências do capitalismo. Para este, e especialmente para a classe dominante que o corporificava, a identidade da prática social consistia exatamente em suas funções ideológica de controle social, através das quais exercia de modo indireto uma importante função econômica, contribuindo para o fluxo expansionista do capital (*IDEM*, 1989, p. 123 -124).

Ademais, esses sujeitos para a classe dominante eram importantes para que pudessem controlar por meio da ideologia conservadora³¹ reproduzida naquela época, a classe subalternada, para que não de forma direta, pudessem desempenhar o favorecimento da expansão de lucros do sistema capitalista.

Essas ações da classe burguesa, que se utilizava do Estado para lhe favorecer, acaba ganhando forma, tornando-se característico dessa idade do capitalismo, já que para Netto (1992, p.21) “O eixo da intervenção estatal na idade dos monopólios é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios – e, para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções”.

As expressões da questão social se tornaram mais intensas por causa do processo de industrialização tardia e de urbanização que o país vivia, assim como a luta dos/as trabalhadores/as por direitos também se intensificava. Nesse momento, é criada uma importante lei derivada da luta política, a Lei Eloy Chaves³², considerada como a responsável pela gênese da Previdência Social, de início, restrita a determinadas categorias profissionais.

O Serviço Social surge justamente a partir desses processos, é uma profissão que no Brasil tem sua origem em meados da década de 1930 dentro da igreja católica, sofrendo fortes influências por parte de sua doutrina, por meio da filosofia neotomista. Nessa época, os problemas sociais oriundos da contradição capital x trabalho eram vistos como resultado da moralidade do indivíduo, como também fruto da sua religiosidade, como é apontado por Iamamoto³³ (2004).

Da cooperação entre a igreja e o Estado, a profissão se institucionaliza, o que desencadeia no surgimento das primeiras escolas de Serviço Social em São Paulo

³¹ “O conservadorismo não é assim apenas a continuidade e persistência no tempo de um conjunto de ideias constitutivas da herança intelectual européia do século XIX, mas de ideia que, reinterpretadas, transmutam-se em uma ótica de explicação e em projetos de ação favoráveis à manutenção da ordem capitalista. Isso aproxima os pensamentos conservador e racional, apesar de suas diferenças, como portadores de um mesmo projeto de classe para a sociedade” (IAMAMOTO, 2004, p.23).

³² Consultar (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

³³ Para a igreja, os indivíduos que estavam enfrentando algum problema de cunho social estariam distantes ou desviados do padrão estabelecido pelos dogmas da igreja.

(1936)³⁴ e no Rio de Janeiro (1937)³⁵. Os princípios éticos da formação profissional de assistentes sociais se baseavam na filosofia de São Tomás de Aquino³⁶, na matriz teórica positivista³⁷ e no conservadorismo³⁸ (BARROCO, 2001).

A Escola de Serviço Social em São Paulo tem sua gênese a partir do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) responsável pela Ação Católica na cidade, tem como uma de suas fundadoras, Odila Cintra, que realizou capacitação no exterior e trouxe teorias para a formação profissional em Serviço Social no Brasil. Essa escola era constituída de jovens mulheres que estavam preocupadas com as expressões da questão social. Assim, surge também a Escola de Serviço Social no Rio de Janeiro em 1937, pela necessidade de ter em seu quadro intelectuais da Igreja Católica, na perspectiva de reproduzir sua ideologia, escola denominada de Instituto de Educação Familiar e Social.

A formação profissional tinha alguns eixos consideráveis pela Igreja para que pudesse formar profissionais alinhadas a sua ideologia e preparadas para oferecer respostas as mazelas daquele cenário.

Segundo Aguiar (1995), um eixo estava relacionado a área acadêmico-científica, possuindo disciplinas como Psicologia, Biologia, Sociologia e outra relacionada a moralidade, outro tinha relação com a técnica, o profissional deveria “corrigir” os indivíduos, a forma para que possa realizar na prática, suas intervenções, outro eixo era o da formação pessoal, esse consistia a partir de uma moral ligada aos preceitos da Igreja Católica, por meio de um papel pedagógico.

Isso posto, é perceptível que a formação profissional do Serviço Social tinha

³⁴ Na contemporaneidade faz parte da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.

³⁵ Atualmente é a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

³⁶ Sua filosofia tem como princípios centrais: o bem comum e a dignidade humana, entendendo o homem a partir do seu corpo e da sua alma, para evidenciar a existência de Deus, por meio da razão e da fé influenciado por Aristóteles. Sua filosofia é intitulada de “tomismo” muito presente na Idade Média, tendo sua decaída século posteriores e seu retorno como “neotomismo” no século XIX pela Igreja. Em suas reflexões estão presentes o debate em torno das [...] relações entre Deus e o mundo, fé e ciência, teologia e filosofia, conhecimento e realidade” (AGUIAR, 2011, p.41).

³⁷ Criado pelo sociólogo Auguste Comte no século XIX, essa matriz baseava-se na evolução e na ideia de que o sujeito que precisa se adaptar ao meio em que vive, sendo necessário todas as partes dessa sociedade desempenharem suas funções de modo correto para que a sociedade seja equilibrada. “A hipótese fundamental do positivismo é de que a sociedade, a vida social, é regida por leis naturais universais e invariáveis. E que, nesse sentido, a melhor metodologia para conhecer a vida social seria a mesma empregada para estudar a vida natural: a observação com objetividade científica – neutra, livre das ideologias” (CHAGAS, 2015, p.170).

³⁸ “O conservadorismo não é assim apenas a continuidade e persistência no tempo de um conjunto de ideias constitutivas da herança intelectual europeia do século XIX, mas de ideias que, reinterpretadas transmutam-se em uma ótica de explicação e em projetos de ação favoráveis à manutenção da ordem capitalista” (IAMAMOTO, 2004, p. 23).

um caráter conservador, com forte teor doutrinário. As encíclicas divulgadas pelos respectivos líderes da igreja católica da época, *Rerum Novarum* (Papa Leão XIII) e *Quadragesimo Anno* (Papa Pio XI) influenciavam a formação profissional, tinham como premissas uma Igreja “neutra” e/ou como uma terceira via, contrária aos ideais do liberalismo e comunismo que a igreja acreditava serem os responsáveis pela “destruição” da moral e dos costumes cristãos.

Ademais, foi a Ação Católica, um bloco com a atuação do Laicato da Igreja, os responsáveis pela expansão do conjunto de dogmas da instituição, para fazer uma reforma na sociedade e retomar seus valores (AGUIAR, 1995).

A profissão se tecnifica com arcabouço teórico fruto do positivismo norte-americano, mas não deixa de lado o caráter doutrinário da igreja católica. Essa fase³⁹ do Serviço Social evidencia o papel do Estado em reprimir os/as trabalhadores/as e da igreja de ofertar ações assistenciais de caráter filantrópico. Até então, essa assistência direta aos/as trabalhadores/as permanecia ainda sem a condução do Estado; portanto, não era sistematizada, planejada tecnicamente e carecia de profissionais a ofertá-la (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

A categoria profissional alarga suas áreas de atuação e passa a ser responsável por executar as políticas sociais do Estado nos anos de 1940 do século passado (YAZBEK, 2009). O/a assistente social passa à condição de trabalhador/a assalariado/a, cuja responsabilidade é ajustar o indivíduo para que se adapte às condições existentes da sociedade, por meio da venda de sua força de trabalho para empresas privadas ou instituições públicas.

Para Netto (1992), é quando os/as profissionais começam a intervir sob demandas para além daquelas ofertadas nas instituições ligadas às suas protoformas, que ocorre a profissionalização do serviço social e sua inserção na divisão social e técnica do trabalho. O/a assistente social passa a intervir em instituições estatais e nas empresas privadas ocupando novos espaços e a ter uma nova representação no campo social, porém com sua prática conservadora.

Ademais, vão ser as políticas sociais que abrem espaços para que a profissão

³⁹ “Em função de interesses políticos e econômicos, o presidente Getúlio Vargas tratou de estreitar as relações com os Estados Unidos integrando-se oficialmente aos seus aliados em 1942. Dessa aliança Vargas-Roosevelt resultaram inúmeras consequências para o país, no plano político, social e econômico. Restringindo-as ao interesse deste momento da reflexão e situando-as no plano do Serviço Social, o que se teve como decorrência daquele pacto foi a mudança de eixo, em termos de linhas de prática, de perspectivas de ensino e de formas de abordagem” (MARTINELLI, 1989, p. 131-132).

se institucionalize. O/a assistente social passa a ser responsável pela operacionalização das políticas sociais, fragmentadas, ao passo das demandas que surgem devido ao aparecimento e da necessidade de intervenção em novas expressões da questão social.

Quando o Serviço Social passa pelo processo de institucionalização, amplia-se a sua “clientela”. Não se restringindo mais apenas a uma parcela pequena da população pauperizada por meio do setor privado, mas agora, ao conjunto de trabalhadores/as inseridos/as nos mais diversos espaços ocupacionais das relações capitalistas, que vão se tornar usuários/as das políticas sociais do Estado (IAMAMOTO, 2004).

No processo de inserção da ideologia desenvolvimentista⁴⁰ no Brasil, por influência externa, a ONU (Organização das Nações Unidas) é responsável pela ampliação de determinados espaços de trabalho do Serviço Social no país. Com o objetivo de restaurar as nações fragilizadas devido a Segunda Guerra Mundial essa instituição internacional cria programas que irão influenciar a inserção do Serviço Social cada vez mais na esfera estatal (AGUIAR, 1995).

Porém, os/as primeiros/as agentes profissionais possuíam como direção a manutenção do *status quo*, como forma de apaziguar conflitos entre os/as trabalhadores/as e a ordem vigente e camuflar as expressões da questão social. A institucionalização do Serviço Social ocorria ao meio que a profissão é contornada por processos de alienação, fazendo com que suas ações fossem pautadas pelo conservadorismo, de forma acrítica e imediatista.

Operando sempre com a identidade atribuída pelo capitalismo e ostentando a face dos detentores do poder a que estava vinculado – Estado, Igreja, Classe dominante -, o Serviço Social caminhava em seu processo de institucionalização, atravessado continuamente pelo signo da alienação, que, como que encobrendo a consciência social dos agentes profissionais com um véu nebuloso e místico, os levava a ser envolver com práticas conservadoras, burguesas, que visavam apenas a reprodução das relações sociais de exploração, fundamentais para a sustentação do processo de acumulação capitalista (MARTINELLI, 1989, p.135).

Em 1947 aconteceu o I CBAS promovido pelo CEAS, e a criação do primeiro

⁴⁰ “A ideologia desenvolvimentista se define, assim, por meio da busca da expansão econômica, no sentido de prosperidade, riqueza, grandeza material, soberania, em ambiente de paz política e social, e de segurança – quando todo o esforço de elaboração de política (política econômica) e trabalho são requeridos para eliminar o pauperismo, a miséria, elevando-se o nível de vida do povo como consequência do crescimento econômico atingido” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 341).

Código de Ética do/a Assistente Social⁴¹, esse foi estruturado pela Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS)⁴². Esse código mantinha uma relação com a Igreja Católica na perspectiva de atuar e “corrigir” os indivíduos que não se adequavam às normas que a religião católica definia na época, em relação aos seus dogmas. Era pautado em uma moral conservadora para o “bem comum”, possuía no documento: introdução, deveres (fundamentais, para os/as usuários/as, para com outros/as profissionais da área, e para a instituição na qual trabalhava) e disposições gerais. Ademais, o Serviço Social nesse momento ainda não era uma profissão regulamentada.

É só no ano de 1957, pela Lei n. 3252 de 27 de agosto de 1957 que a profissão passa a se tornar regulamentada, sendo a partir desse instrumento legal, que ocorre logo depois, a criação dos conselhos regionais e do conselho federal.

Em 1962, é criado o Conselho Federal de Assistentes Sociais e os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais⁴³. Em sua gênese, os conselhos de representação das profissões possuíam caráter autoritário. Não existia fiscalização e a relação com os/as profissionais era apenas com a inscrição e com o pagamento do que hoje é denominado “anuidade”. Sendo assim, os conselhos da categoria não dispunham de criticidade devido ao momento político, social e econômico vigente na época, nem possuíam uma organização política forte.

Porém, com a imposição da autocracia burguesa no Brasil, o Serviço Social passa a se questionar, sendo pautado assim, considerações acerca da teoria, do método, das posições, valores e princípios ético e políticos e do arcabouço técnico operativo, momento esse conhecido como a Renovação do Serviço Social brasileiro.

2.2 Ditadura Civil Militar e Serviço Social: entre a resistência e o Movimento de Reconceituação

O processo de ditadura civil militar⁴⁴ no Brasil teve início em 1 de abril de 1964, tendo se estendido até 15 de março de 1985. O país foi marcado por forte repressão,

⁴¹ (CFESS, S/D. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>).

⁴² Na Contemporaneidade se tornou a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.

⁴³ (CFESS, S/D. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>).

⁴⁴ “[...] constitui um grave erro caracterizá-lo tão somente como uma ditadura militar — se esta tutela é indiscutível, constituindo mesmo um dos seus traços peculiares, é igualmente indiscutível que a ditadura instaurada no 1o de abril foi o regime político que melhor atendia aos interesses do grande capital: por isto, deve ser entendido como uma forma de autocracia burguesa (na interpretação de

censura e perseguição contra aqueles que faziam oposição a esse regime autoritário, proibindo as alterações democráticas de representantes políticos, assim como, lesionando duramente os direitos humanos.

O regime se configurou como ditadura dos seus momentos iniciais ao seu declínio e à sua derrota: impôs-se abertamente pela força das armas, valeu-se diretamente da coerção e da violência, restringiu ao limite os direitos políticos mais elementares, impediu a alternância no poder e no governo, criminalizou a atividade oposicionista, tornou o terror uma política de Estado, feriu os direitos humanos fundamentais e renegou tanto as instituições jurídicas reconhecidas consensualmente como democráticas e legítimas quanto a sua própria retórica (suas promessas e seus compromissos públicos) (NETTO, 2014, p. 73).

Nesse contexto, o Serviço Social se torna espaço de grandes discussões, momento em que os/as profissionais veem que é preciso repensar a profissão quanto ao seu papel contribuinte no processo de desenvolvimento do país⁴⁵, típico do contexto desenvolvimentista da ditadura brasileira.

No primeiro momento da ditadura militar, o Serviço Social é bastante marcado em suas perspectivas e possibilidades de avanços críticos. Sobretudo é importante considerar que, nesse momento, se articula e se gesta, na América Latina, a partir do Cone Sul, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano, que permite canalizar as insatisfações acumuladas pelos profissionais que se conscientizam, progressivamente, de suas limitações, tanto teórico-instrumentais como político-ideológicas. Verifica-se uma marcante polarização em torno da perspectiva de mudança social, que se expressa por uma consciência clara sobre a situação de subdesenvolvimento, dependência, dominação e conseqüente opressão e exploração das maiorias nacionais no continente latino-americano (SILVA, 1995, p. 30).

Diante desse cenário, ocorre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social a partir dos anos 1960 em nível de América Latina. No Brasil, na época da ditadura civil militar, questionava-se o Serviço Social tradicional e foi marcado por três perspectivas denominadas por Netto (1990) de: modernização conservadora, reatualização do conservadorismo e Intenção de Ruptura.

Florestan Fernandes) ou, ainda, como a ditadura do grande capital (conforme a análise de Octavio Ianni). O golpe não foi puramente um golpe militar, à moda de tantas quarteladas latino-americanas (os pronunciamentos dos “gorilas”) — foi um golpe civil-militar e o regime dele derivado, com a instrumentalização das Forças Armadas pelo grande capital e pelo latifúndio, configurou a solução que, para a crise do capitalismo no Brasil à época, interessava aos maiores empresários e banqueiros, aos latifundiários e às empresas estrangeiras (e seus gestores, “gringos” e brasileiros)” (NETTO, 2014, p.67).

⁴⁵ “[...] A década de 60 foi considerada a “Década do Desenvolvimento”, decisão essa tomada em 1961, na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas. O Desenvolvimento, a partir desse período, é entendido não como crescimento, mas crescimento e mudança” (AGUIAR, 2011, p. 98).

A primeira, a modernização conservadora: Pautava que a profissão precisava inovar sua prática, com o intuito de adequar à situação econômica vigente na ditadura, e a nível internacional foi uma das que mais alcançou espaços. O/a profissional atuaria na prevenção, em corrigir e integrar os/as usuários/as ao projeto corrente no país.

Essa perspectiva foi reflexo dos Seminários de Araxá (MG), que tinha como intuito a teorização do Serviço Social, sendo convocado pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISSS), já que de início o sistema universitário não tinha sido reformulado (NETTO, 1990).

Essa linha de pensamento da profissão detinha como teorias o Positivismo e o Funcionalismo. Outro evento dessa perspectiva, foi o Seminário de Teresópolis (RJ), esse tinha relação com a metodologia da profissão, para que fosse possível o alcance da sua cientificidade. Nesse momento, segue aliada as transformações promovidas pela ditadura no Brasil, com a expansão dos espaços de trabalho do/a assistente social. Sendo que é na segunda metade da década de 1970 que ocorre a polarização em torno dessa perspectiva, devido ao não alcance dos anseios da categoria profissional (NETTO, 1990).

A segunda perspectiva, denominada de reatualização do conservadorismo: contrário ao pensamento positivista e à teoria social de Marx, foi debatida nos seminários de Sumaré (RJ) trazendo para as suas discussões, a teoria marxista e principalmente a fenomenologia, dando centralidade a última, já que se utilizava do diálogo para a resolução dos problemas sociais, promovendo mudanças nos sujeitos por meio da psicologização das relações sociais, a partir das experiências vividas pelos sujeitos. Debatida também no seminário do Alto da Boa Vista (RJ), que havia como principal representante teórica, Anna Augusta de Almeida. Pautou-se no pensamento da igreja católica, sendo realizado em 1984. Os sujeitos que participaram desse seminário, examinaram os documentos que foram criados pelos seminários que o antecederam. Essa perspectiva ganha espaço no ambiente acadêmico nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. (NETTO, 1990).

A Intenção de ruptura, última perspectiva desse processo, buscava, de acordo com Netto (1990), apartar-se do conservadorismo, tradicionalismo e do positivismo e aproximação com a teoria social crítica por meio do pensamento de Karl Marx, de início com problemas teóricos e políticos. Teve seu auge em 1979 no Congresso da Virada ou III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais na cidade de São Paulo (SP),

que foi significativo para a profissão e representou a nova direção assumida pela categoria profissional, com alinhamento às demandas dos/as trabalhadores/as.

É uma linha de desenvolvimento profissional que faz críticas ao pensamento conservador. Segundo Netto (1990), tendo como principais representantes, docentes das faculdades de Serviço Social e assistentes sociais que tiveram sua formação profissional próximo ao golpe de 1964 e após a promulgação do AI-5⁴⁶. A gênese dessa perspectiva teve como representação o “Método Belo Horizonte” a partir Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) fazendo oposição ao tradicionalismo vigente na profissão, tendo como uma de suas principais representantes, Marilda Villela Iamamoto. Seus/as idealizadores/as foram perseguidos/as, porém as ideias defendidas por tal método, pelo contrário, se expandiram. Tudo isso ocorre em meio as instabilidades que levariam ao fim do período ditatorial conjuntamente com a expansão do marxismo nas faculdades e escolas de Serviço Social. Nessa conjuntura, essa perspectiva é “inicialmente representada pela vertente do estruturalismo, com influência principalmente de Althusser, manifestada através da concepção das instituições vistas como aparelhos ideológicos e repressivos do Estado [...]” (SILVA, 2002, p. 35).

Nesse cenário de autocracia burguesa, foi criado o novo código de ética do/a assistente social⁴⁷ em 1965, pautado em valores de fonte liberal. Por causa do processo de modernização conservadora, pregava-se o pluralismo, assim como discussões sobre democracia e justiça, porém em uma perspectiva burguesa, liberal e conservadora.

Ainda sob o regime autoritário, houve a criação do terceiro Código de Ética do/a assistente social de 1975⁴⁸, fazendo parte do processo de reatualização do conservadorismo, tirando algumas discussões de cunho liberais e democráticas do código anterior e ainda pautado na filosofia de São Tomás de Aquino com discurso cristão (BARROCO, 2001).

⁴⁶ O Ato Institucional Nº5 foi responsável pelo enquadramento do Congresso Nacional e das instituições do poder legislativo nos estados do país, ademais, anulou os mandatos de representantes políticos, promoveu a censura aos meios midiáticos e aos tipos de artes que faziam crítica ao regime autoritário. Permaneceu ativo por 10 anos e foi responsável por inúmeros crimes contra sujeitos contrários a imposição da ditadura. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2019/10/31/entenda-o-que-foi-o-ai-5-ato-ditatorial-defendido-por-eduardo-bolsonaro>.

⁴⁷ Código de Ética do/a Assistente Social de 1965. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf.

⁴⁸ Código de Ética do/a Assistente Social de 1975. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1975.pdf.

Todos esses códigos, até então, eram pautados de forma acrítica, em uma perspectiva de neutralidade e de reprodução da ordem burguesa. Segundo Barroco (2001), o neotomismo e o positivismo influenciaram os códigos de ética até antes do movimento de intenção de ruptura.

Os/as profissionais de Serviço Social da época vão atuar para executar as políticas sociais existentes, essas passaram por um momento de expansão na ditadura civil militar, e pelos programas do Desenvolvimento de Comunidade, a fim de incluir os sujeitos brasileiros nesse projeto nacional (SILVA, 2002). Porém, o intuito do crescimento dessas políticas se dá a partir da exigência do sistema capitalista e de seus representantes de responder aos/as trabalhadores da América Latina, tendo em vista que, os movimentos políticos pela revolução estavam eclodindo, sobretudo ao movimento guerrilheiro que teve sua vitória em 1959, a Revolução Cubana, com a implantação do Socialismo em Cuba.

O regime autocrático burguês responde à questão social por meio de algumas medidas em determinadas políticas sociais. Para Silva (2002), ocorre uma amplificação da educação e da previdência, modificação com relação a legislação dedicada ao/a trabalhador/a em especial da zona rural, decréscimo do valor dos alimentos, ampliação dos programas relacionados a habitação, e no tocante à saúde o enfrentamento à determinadas doenças.

Nesse período apesar das respostas as expressões da questão social se expandirem, elas acontecem por meio da repressão.

No regime militar, a questão social foi enfrentada pelo binômio repressão-assistência, ficando a assistência subordinada aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, funcionando como mecanismo de legitimação política do regime. Os serviços sociais são, ainda, assumidos como campo de investimento, com subordinação da assistência pública à reprodução do capital, fazendo com que as questões sociais sejam transformadas em problemas de administração com burocratização e esvaziamento do seu conteúdo político. Todavia, contraditoriamente, a assistência torna-se, no âmbito das lutas políticas dos setores populares, uma forte demanda da própria classe na luta pela conquista da cidadania, em face do agravamento da pauperização dos trabalhadores (SILVA, 2002, p.38).

Para a autora, os serviços que tiveram expansão nesse momento são marcados por processos burocráticos, separando-os de seu sentido político, além de que os serviços públicos-sociais oferecidos são subordinados a política econômica. Porém, a decadência dessa assistência, faz com que promova dentro da classe

trabalhadora em meio as situações de empobrecimento que os/as trabalhadores/as vivem, o anseio pela luta em prol de direitos.

Enquanto o processo de Renovação do Serviço Social acontecia no Brasil, ao mesmo tempo, a ditadura perseguia as pessoas que eram contrárias a esse regime. Segundo dados da Comissão Nacional da Verdade (CNV) que teve seu surgimento pela Lei 12528/2011 e sendo colocada em prática a partir de 2012 até 2014, seu relatório apontava 434 mortos/as e desaparecidos/as nesse período⁴⁹.

No âmbito do Serviço Social, muitos/as assistentes sociais foram perseguidos e sofreram ameaças. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) realizou em 2016, o 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, o CBAS, ocorrido em Olinda (PE). Nesse evento foi tornado público o livro “Serviço Social, Memórias e Resistências contra a ditadura: depoimentos”, essa publicação decorre de muitos pensamentos de intelectuais perseguidos/as durante aquele período, principalmente os que enveredavam pela perspectiva crítica.

Muitos desses/as profissionais sofreram com a tirania dos militares, em um momento como aquele, de violações de direitos humanos e perseguição política, inclusive a seus familiares, promovendo consequências para suas vidas. Nas palavras de Joaquina Barata:

A derrota da ditadura resultou de muito trabalho, de muito estudo, de muitas horas de sono perdidas, de muitas renúncias, de sacrifícios familiares, de enfrentamento com o poder instituído e até de prejuízos pessoais, por parte de gerações de profissionais de todas as áreas, de docentes e de assistentes sociais, alguns dos quais já faleceram, mas deixaram um legado que permanece vivo na profissão (CFESS, 2017, p.51).

Em um período conturbado de repressão a profissionais, os/as assistentes sociais resistiram sofrendo as consequências desse momento histórico doloroso. Conforme escrito anteriormente neste trabalho, esse regime tinha como vítimas por meio da opressão principalmente os/as intelectuais que “bebiam” da perspectiva ameaçadora àquele período, inclusive, repressão a partidos políticos vinculados aos movimentos socialistas que aconteciam a nível de América Latina, fazendo com que muitos/as intelectuais tivessem que mudar de país na tentativa de se livrar das perseguições impostas pela ditadura. Nas palavras de José Paulo Netto ao CFESS:

⁴⁹ Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf.

Por isso, quando o braço da ditadura se abateu sobre mim, em princípios de 1973 (fui sequestrado e depois “legalmente” preso por uns poucos meses), e quando, posteriormente, em 1974-1975, a repressão empreendeu sua grande escalada contra o PBC, obrigando-me a sair do país, não me surpreendi nem me vitimizei: fui apenas mais um entre milhares de brasileiros que se insurgiam contra o regime que servia ao grande capital (CFESS, 2017, p. 54).

Esse período ditatorial marca uma história triste para o país. A ditadura brasileira respondia ao sistema capitalista, sofrendo influência internacional, ameaçando movimentos dos/as trabalhadores/as e reprimindo qualquer alternativa diferente dela.

Com os movimentos sociais, intelectuais e partidos políticos contrários a esse movimento e na luta a favor do processo de redemocratização do país, e com o processo de esgotamento e enfraquecimento do chamado “milagre econômico” da ditadura, o Serviço Social brasileiro vive, como já citado anteriormente, a perspectiva de Intenção de ruptura, que tem seu auge no chamado Congresso da Virada, o III CBAS, em São Paulo, com a participação de inúmeros assistentes sociais, promovendo transformações no interior da profissão. Um ato que simbolizou as futuras transformações no Serviço Social. Cabe salientar que foi nesse evento que os indivíduos que compunham a mesa de abertura, ou seja, os representantes do regime autoritário, foram trocados por sujeitos pertencentes a luta dos/as trabalhadores/as (SILVA, 2002).

Surge a necessidade de emergência do projeto ético político, reflexo da presença do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) no circuito universitário desde os anos 60, e o engajamento dos/as profissionais nas lutas da época. A direção social desse projeto é fruto do que Abramides (2016) aponta: do forte sindicalismo dos profissionais da categoria, da atuação profissional em meio ao movimento de reconceituação, da importante literatura marxista presente na universidade, como o livro de Raul de Carvalho e Marilda Vilela Iamamoto em 1982, assim como da organização das entidades de representação dos/as assistentes sociais.

Assim como, o movimento do sindicalismo em São Paulo vai influenciar nas modificações no Serviço Social e conseqüentemente nas suas ações e posicionamentos políticos. Para Silva:

As transformações no interior do Serviço Social são identificadas exatamente quando a sociedade civil brasileira intensifica seu processo de articulação política, referenciado pelo movimento grevista sindical a partir de 1978, principalmente pelas greves do ABC paulista, que têm influência marcante

em relação aos posicionamentos da categoria dos assistentes sociais (2002, p. 40).

É nesse cenário, de luta em prol da democracia, de intensificação da organização política dos/as trabalhadores/as por melhores condições de vida, que surge a necessidade de construção do Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro, conforme passaremos a discutir no próximo capítulo.

3 O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

3.1 Processo de construção e elementos constitutivos do projeto ético político do serviço social: algumas análises

Com a redemocratização do país e assumindo uma nova direção social com as forças progressistas e tendo a teoria social marxista como norte, ocorreu a intensificação da organização política dos/as assistentes sociais, oriunda do processo de Intenção de ruptura. As entidades de representação e fiscalização da categoria profissional ganham centralidade e a luta entre as classes trabalhadora e burguesa é desvelada para a profissão.

Em 1986 origina-se um novo Código de Ética⁵⁰ que representou o rompimento com o conservadorismo e com a tradição positivista. Segundo Barroco (2001), esse novo código se mostra contrário aos pressupostos neotomistas, também foi responsável por elencar o compromisso com a classe trabalhadora e a articulação entre o projeto profissional a um projeto de sociedade, porém com alguns problemas teóricos relacionados ao entendimento da ética, a partir de um viés mecanicista.

De antemão, para entender o que caracteriza o projeto ético político do Serviço Social, é importante entender as diferenças entre os projetos existentes em uma sociedade. Netto (1999) destaca os projetos societários, aqueles que possuem uma visão abrangente da sociedade, estando ligados as classes sociais, sendo que, esse projeto tem cunho político na sociedade capitalista. O projeto da classe trabalhadora, por exemplo, costuma sofrer mais tensões por causa do embate com a classe burguesa, que é dominante, detendo a hegemonia dos processos que circunscrevem essa sociabilidade.

Os projetos societários podem ser responsáveis por grandes mudanças ou pela

⁵⁰ Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf

conservação da ordem vigente. Sendo que, eles possuem uma relação com os projetos profissionais, já que, podem se articular. No caso do projeto profissional do Serviço Social, se vincula no âmbito da dimensão política⁵¹ da profissão. Porém, esses projetos (societários e profissionais) não são os mesmos, porque possuem suas próprias características (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

Os projetos profissionais são constituídos e perpassados, segundo (NETTO, 1999), por várias diferenças, com relação a posicionamentos, ideologias, escolha por determinada teoria, entre outros, ou seja, é um projeto plural, não-homogêneo. Sendo assim, é passível de lutas, de discordância, contradições e inclusive, de mudanças, a depender do contexto vigente.

Porém, é importante ressaltar que os projetos societários e os projetos profissionais podem não se articular, inclusive ocorrendo embates entre eles. Nesse sentido, um projeto societário é passível de críticas pelos projetos profissionais.

Embora seja frequente a sintonia entre o projeto societário hegemônico e o projeto hegemônico de um determinado corpo profissional, podem ocorrer – e ocorrem – situações de conflito e mesmo de contradição entre eles. É possível que, em conjunturas precisas, o projeto societário hegemônico seja contestado por projetos profissionais que conquistem hegemonia em seus respectivos corpos (esta possibilidade é tanto maior quando tais corpos se tornam sensíveis aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas e quanto mais estas classes se afirmem social e politicamente). Tais situações agudizam, no interior desses corpos profissionais, as diferenças e divergências entre os diversos segmentos profissionais que os compõem (NETTO, 1999, p. 06).

Sendo assim, o projeto ético político do Serviço Social foi construído a partir do processo de redemocratização no país e conquistou sua hegemonia a partir do corpo coletivo da profissão e sua articulação à perspectiva crítica.

Esse projeto representa a autoimagem da profissão como é apontado por Netto (1999), tem como pilares: o Código de Ética do/a Assistente social de 1993, que possui

⁵¹ “É importante ressaltar no âmbito dessa dimensão política presente inclusive nos marcos normativos da profissão, sua articulação com a transformação social evidenciando a relação entre ambos os projetos (profissional e societário), como é o caso do Código de Ética profissional de 1993, que em seu princípio fundamental VIII destaca a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993). Além do mais, presente também em seus outros princípios, como a liberdade, a democracia e os direitos humanos na perspectiva de transformação social e de emancipação humana e não em uma concepção liberal.

11 princípios fundamentais⁵², a lei de regulamentação da profissão⁵³ n. 8.662 de 7 de junho de 1993 e as diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996, aprovadas nos anos 2000 pelo MEC, eles norteiam o caráter crítico e político, demonstra o alinhamento da profissão às demandas dos/as trabalhadores/as, consequência da organização política da categoria profissional e da acumulação teórica das últimas décadas.

Para Teixeira e Braz (2009, p. 7-8) existem ainda os elementos que constituem esse projeto, que são:

O primeiro se relaciona com a explicitação de princípios e valores ético-políticos; o segundo se refere à matriz teórico metodológica em que se ancora; o terceiro emana da crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exibe uma produção monumental de riquezas; o quarto se manifesta nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira.

Esses elementos, para os autores mencionados, se materializam no cotidiano do/a assistente social por meio da produção de compreensões que ocorrem internamente na profissão, no campo político e organizativo com suas entidades de representação e fiscalização, e no marco normativo, no meio jurídico pelos componentes já apontados por Netto (1999), e pela legislação que configura os direitos sociais conquistados pelos/as trabalhadores/as presentes na Constituição

⁵² I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos social; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.” Código de Ética do/ Assistente Social de 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf.

⁵³ Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm#:~:text=LEI%20No%208.662%2C%20DE,\(Mensagem%20de%20veto\).&text=O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%3%9ABLICA%20Fa%3%A7o,eu%20sanciono%20a%20seguinte%20lei%3A&text=1%C2%BA%20%C3%89%20livre%20o%20exerc%C3%ADcio.as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20estabelecidas%20nesta%20lei.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm#:~:text=LEI%20No%208.662%2C%20DE,(Mensagem%20de%20veto).&text=O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%3%9ABLICA%20Fa%3%A7o,eu%20sanciono%20a%20seguinte%20lei%3A&text=1%C2%BA%20%C3%89%20livre%20o%20exerc%C3%ADcio.as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20estabelecidas%20nesta%20lei.)

Federal de 1988.

A lei de regulamentação da profissão é um dos elementos que constituem o projeto ético político. Essa lei determina, as competências do/a profissional formado em Serviço Social, estabelecendo que quem pode exercer a profissão, são apenas pessoas com formação em Serviço Social que tenham diploma reconhecido pelo Ministério da Educação. Tal lei também regulamenta o tempo de trabalho diário (30 horas) instituído pela lei n. 12.317 de 2010. Cabe destacar também que essa lei estabelece as competências dos Conselhos regionais e federal, assim como o processo eleitoral dos/as representantes dessas entidades.

O código de ética profissional também é um dos pilares do projeto ético político. Além dos princípios fundamentais, esse instrumento elenca os direitos, deveres e o que é vedado ao/a assistente social, com relação aos/as seus/as usuários/as, a instituição na qual o/a profissional exerce sua função, sua relação com outros/as profissionais e com outros grupos e coletivos da sociedade, e também com a justiça. No código também se faz presente o direito ao sigilo profissional, assim como, as penalidades referentes ao exercício profissional.

O projeto de formação profissional, que é parte que constitui o projeto ético político do Serviço Social, possui as Diretrizes Curriculares (1996) da ABEPSS como norteadoras dessa formação. Essas diretrizes possuem três núcleos de fundamentação: o de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, o da Formação Sociohistórica da Sociedade Brasileira e o de Fundamentos do Trabalho Profissional⁵⁴. Essas diretrizes são resultado do acúmulo profissional das décadas anteriores, foram organizadas a partir das deliberações dos debates realizados pela categoria.

A nova lógica das DC da ABEPSS de 1996 apresenta um perfil do/a egresso/a vinculado a uma concepção de profissão que compreende o Serviço Social nas tramas da história e como produto sócio-histórico da sociedade capitalista, que tem nas expressões da questão social seu objeto de estudo e intervenção. Pretende formar assistentes sociais capazes de ler a realidade

⁵⁴ A formação profissional em Serviço Social de acordo com as Diretrizes Curriculares (1996) propõe um currículo generalista com disciplinas de várias áreas do conhecimento, como a Sociologia, Ciência Política, Economia, Filosofia, Psicologia, Antropologia, Formação Sócio histórica do Brasil, Direito, Política Social, Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, Fundamentos do Serviço Social, Processo de Trabalho do Serviço Social, Administração e Planejamento, Pesquisa em Serviço Social e Ética. Faz parte também desse currículo, o Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso que são obrigatórias e imprescindíveis para a formação.

social ancorada em uma perspectiva teórica marxista, e que possam construir intervenções na defesa dos direitos sociais de maneira crítica e criativa (ABEPSS, 2016, p. 04).

As Diretrizes Curriculares de 1996 pautam a profissão como expressão do MPC e entende que as mazelas da questão social são a matéria prima a ser estudada e para ser motivo de intervenção. Elas também orientam os/as profissionais a partir da teoria social de Marx, para entender o que está posto na sociedade capitalista e de criar mecanismos a fim de intervir e defender os direitos sociais da população usuária das políticas públicas.

O perfil preconizado pelas diretrizes da ABEPSS (1996) é de um/a profissional que intervenha nas mazelas da questão social através de políticas do Estado, de instituições privadas e do terceiro setor, além de ter recebido uma formação ampla e crítica, de modo a desenvolver um potencial criativo e de propor estratégias para a realidade posta pelas relações contraditórias do sistema capitalista e no seu trabalho cotidiano. Essa formação permite que o/a profissional supere determinadas formas conservadoras que incidem sobre a atuação profissional, enxergue a realidade em sua totalidade, satisfazendo as demandas dos/as usuários/as.

[...] abandonar as formas tradicionais e limitadas de atuação, convocando o/a assistente social para um olhar ampliado, ou seja, que consiga fazer leitura crítica da realidade social e suas contradições, entendendo também que sua atuação profissional é perpassada por diversas contradições, pois só assim terá possibilidades de intervir qualitativamente na vida do/a usuário/a, objetivando modificá-la e superando a perspectiva acrítica, a-histórica e fragmentada (MOREIRA; CAPUTI, 2016, p. 108).

Sendo assim, é necessária uma teoria capaz de desvendar todo o conjunto da realidade posta⁵⁵, ela precisa ser crítica para que o/a profissional possa investigar e interpretar a partir do que está dado e por meio da teoria, assim como o estudo de conteúdos que possam ser relacionados à outras matérias na formação, a presença das dimensões que compõem a universidade (pesquisa, ensino e extensão), as discussões em torno das influências filosóficas que perpassam a área de conhecimento, a ética como central na formação e a existência de supervisão tanto no âmbito da academia quanto no campo de estágio (ABEPSS, 1999).

⁵⁵ Nas Diretrizes Curriculares, em seus princípios, pauta-se uma formação ampla, com componentes curriculares flexíveis e dinâmicos, que relacione a teoria, a história e o método da profissão a partir do que está posto na ordem capitalista, para entendê-la e desvelar o que a circunscreve, inclusive, as dificuldades para a atuação profissional.

É essa proposta de 1996, advinda do projeto hegemônico, que a categoria profissional defende, por isso tem resistido e lutado contra as adversidades que perpassam a formação profissional, para que ela seja efetivada, já que segundo Moreira e Caputi (2016, p. 112):

possibilita robustecer a formação de profissionais assistentes sociais, na coerência com a direção social, ética e política do projeto profissional hegemônico. Por isso, a luta pela efetivação da formação tal como preconiza as DCs de 1996 é, sobretudo, a luta pelo direcionamento da profissão atrelada às lutas mais gerais dos/as trabalhadores/as.

As diretrizes de 1996 são peças-chave para apresentar o alinhamento da profissão com os/as trabalhadores/as, evidenciado a partir dos processos políticos ocorridos no fim da Ditadura Civil Militar em meio a perspectiva de Intenção de ruptura.

O projeto ético político do serviço social também se faz presente nas lutas cotidianas favoráveis aos direitos sociais e as bandeiras dos grupos discriminados. A exemplo dos direitos LGBTQIA+, das mulheres, dos/as negros/as, do/as imigrantes, das crianças e dos/as adolescentes. O projeto também defende a seguridade social e a necessidade de seu caráter público e gratuito (saúde, previdência social, assistência social) assim como, as demais políticas sociais, e o direito à terra, a alimentação, e os direitos dos povos indígenas e tradicionais.⁵⁶

É em um contexto de contrarreforma do Estado, de crise estrutural do capital, que esse sistema intensifica suas formas de exploração, dominação, alienação e sua necessidade de expansão, fazendo com que novas expressões da questão social surjam e outras se agudizem. Cabe notar que esse processo impacta no Serviço Social, inclusive em seu projeto ético político.

Assim como apontado por Netto (1999), os projetos profissionais são plurais, e no caso do Serviço Social, existe um embate de ideias com relação ao projeto ético político, se ele está em crise devido aos impactos na sua hegemonia promovido pelas configurações da sociedade no cenário contemporâneo, debate esse, que será caracterizado no tópico posterior.

3.2 A hegemonia do projeto ético político do Serviço Social em debate: tensões ou crise?

⁵⁶Conheça mais sobre as bandeiras de luta do conjunto CFESS-CRESS aprovado no 44 encontro nacional das entidades. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/FolderBandeiradeLutas-Livreto.pdf>.

De início, para fazermos a discussão em torno dessa suposta crise que o projeto do Serviço Social enfrenta, é importante trazer algumas reflexões sobre a categoria hegemonia, imprescindível para a discussão em relação a esse debate.

Antonio Gramsci, pensador marxista italiano faz discussões sobre inúmeras concepções, suas ideias tiveram forte influência no Serviço Social brasileiro. Isso se deu a partir de um segundo momento após o afastamento da direção da profissão com relação ao conservadorismo no final da década de 1970 e 1980. Segundo Simionatto (2011, p. 18) o intelectual continua sendo necessário para os debates vigentes na nossa sociedade.

Gramsci exerceu papel fundamental no processo de renovação do serviço social, com ganhos significativos na interlocução com as Ciências Sociais, possibilitando aos profissionais ultrapassar a posição de “intelectuais subalternos” e consumidores de reflexões de outras áreas, prossegue, na atualidade, como referência imprescindível para se pensar os processos sócio-históricos em curso.

Sendo assim, o Serviço Social ao se apropriar de suas categorias, revela uma posição teórica política oposta ao sistema capitalista e mais ainda alinhada a perspectiva crítica articulando com as demais esferas da vida social⁵⁷, contribuindo para o desvelamento das contradições do sistema capitalista.

Uma dessas categorias importantes para a profissão, é a hegemonia. Simionatto (1997) ao elencar sobre a categoria a partir de Gramsci aponta que a luta pela hegemonia se dá não apenas no âmbito do Estado e das relações econômicas, também está presente na cultura. Sendo que, para haver a superação desse modo de produção e de sua sociabilidade, é preciso também transformar o âmbito da cultura, isso sendo possível por meio da aproximação com as partes que formam as classes subalternas, não deixando de lado a ideia que existem valores conservadores que circunscrevem essas camadas⁵⁸.

Sendo assim, Gramsci em suas formulações aponta uma direção social e política, para o contexto da época na Itália, da luta entre as classes. Desse modo, é importante destacar que, a luta pela hegemonia é uma luta contra o sistema

⁵⁷ “O marxismo, definido por Gramsci como filosofia da Práxis, compreende, portanto, o nexos orgânico entre a economia e política, entre filosofia, política e cultura.” (SIMIONATTO, 2011, p. 19).

⁵⁸ Consultar Simionatto (1997). Disponível em: <https://www.acessa.com/gramsci/?id=294&page=visualizar>

capitalista. Essa categoria também é apropriada pelo Serviço Social. Segundo Ramos (2009, p. 43):

Ao transpor essa categoria teórica pra análise no âmbito profissional, a hegemonia é comumente utilizada por diversos(as) analistas do Serviço Social, dentre os(as) quais me incluo, como direção ético-político e teórica que sustenta determinada direção estratégica, representando uma dada compreensão de realidade e de profissão e de formas de enfrentamento adotadas por segmentos dos(as) assistentes sociais e suas entidades representativas; embora possa não ser majoritária na categoria profissional. Com isso podemos concluir que hegemonia não se faz representar meramente pela quantidade.

Nesse sentido, para a categoria de assistentes sociais, a hegemonia cria um norte, orienta posicionamentos tanto no campo da ética e da política, quanto no teórico-intelectual. Para a autora, a hegemonia não significa que a maioria dos sujeitos aderem a um projeto profissional ou de sociedade, mas sim que, existe uma predominância qualitativa de determinada vontade⁵⁹.

Como assinalado anteriormente, os projetos profissionais possuem em seu corpo coletivo, uma heterogeneidade, uma pluralidade de ideias, concepções, preferências teóricas, no Serviço Social não é diferente. Então, discutir sobre a suposta crise do projeto profissional em tela envolve determinados apontamentos e argumentos sobre esse assunto.

No Serviço Social, os professores Marcelo Braz e José Paulo Netto em 2006, defendem a ideia que esse projeto do Serviço Social está em crise por alguns fatores, já Samya Rodrigues em 2009 rebate, elencando alguns argumentos que são contrários a essa tese, refutando-os.

Para Braz (2006, p.07) um dos elementos responsáveis por essa crise é “a ausência de uma proposta alternativa à do capital na sociedade brasileira, capaz de unificar interesses sociais distintos relativos ao trabalho”. Para o autor, no governo Lula os movimentos sociais e sindicais da época passaram a se incorporar em seu governo, mistificando as correlações de forças existentes, sendo que isso também trouxe impactos para o projeto profissional do Serviço Social, ao ter em Lula, uma representação de seu projeto profissional e de uma nova ordem societária.

Braz (2006) aponta que isso está ligado também a fatores externos, tendo em vista que, apesar dos movimentos da esquerda estarem fortalecidos, na década de 1980, aqui no Brasil com o processo de redemocratização, o projeto neoliberal chegou

⁵⁹ Está mais voltado pela qualidade dessa vontade e não pela quantidade (BRAZ, 2006).

de forma tardia, porém ganha força no governo Fernando Henrique Cardoso, fazendo com que esses movimentos se enfraqueçam, principalmente em Lula, passando por uma “cristalização do processo” (p.07).

Netto (2006) também aponta esse argumento como um dos elementos responsáveis pela crise. Enfatiza que o neoliberalismo é ameaça a materialização do projeto profissional, inclusive no governo Lula, quando esse foi uma opção de esquerda na época que apresentava um novo projeto, porém, seu governo aderiu ao programa neoliberal, como já apontado também anteriormente no capítulo 1 deste trabalho. Netto aponta que:

Esta nova conjuntura não se distingue da anterior tão somente pela assimilação da antiga oposição à ideologia e à prática dos governos Fernando Henrique, nem pela inteira residualidade da resistência à cultura neoliberal no plano parlamentar-institucional: distingue-se, sobretudo, pela maciça cooptação das entidades e organizações que tinham peso sobre significativos movimentos sociais (aqui, emblemática é “funcionalidade” agora assumida, por exemplo, pela CUT e pela UNE). Ora, as incidências dessa nova conjuntura sobre o “projeto ético político” são extremamente negativas e não podem ser menosprezadas: elas contribuem decisivamente para sua inviabilização (2006, p.38).

Para o autor, o que vai diferenciar uma gestão de outra, é que em Lula, assim como Braz (2006) aponta, vai ser a inserção dos movimentos de esquerda seja estudantil ou sindical em seu governo fazendo com que afetasse o projeto profissional, tornando-se inviável a sua materialização.

Ramos (2009) diverge de ambos autores. Concorda com Braz ao apontar que existe sim, uma crise que afeta a esquerda brasileira e que tem rebatimentos no projeto que o Serviço Social construiu ao longo da década de 1990, principalmente porque ele foi edificado por intelectuais da esquerda. Porém, para a autora, os movimentos sociais de esquerda, aqueles ligados a luta pela terra, por moradia e aqueles sem emprego se fazem presentes com suas lutas em processo de unificação em torno do trabalho, possuindo vínculos, articulando-os e atraindo cada vez mais adeptos, uma perspectiva de luta contra as desigualdades da sociedade capitalista.

Sendo assim, a autora ressalta que também no âmbito da categoria profissional, seja nas entidades representativas ou com relação aqueles/as profissionais que não estão presentes nas organizações políticas da categoria, há uma resistência por meio da perspectiva crítica fazendo oposição ao sistema capitalista, assim como também, outras categorias profissionais que defendem os

direitos sociais e prezam pela intervenção estatal no âmbito das mazelas da questão social.

Essa crise que afeta a esquerda é acompanhada por consequências que incidem diretamente no Serviço Social, por ter um caráter crítico. Porém isso, não impede que os profissionais dessa categoria que possui hegemonia, de se contrapor, de lutar, de se posicionar e se articular com os movimentos que fazem crítica ao sistema capitalista, fazendo presente o debate crítico no interior da categoria:

Analisar a crise dos projetos de esquerda na sociedade, no contexto atual, é uma questão da maior relevância e assume dimensões graves no processo de organização da classe trabalhadora e no âmbito das profissões mais críticas, como o Serviço Social, mas não tem conseguido silenciar, no âmbito do projeto ético político profissional, o compromisso dos segmentos que historicamente, tem se colocado numa perspectiva anticapitalista e estabelecido inúmeras mediações ao tratar da agenda da profissão, entendendo seus limites e contradições (RAMOS, 2009, p. 44).

Sendo assim, apesar de que a esquerda vive uma crise como apontada pelos autores Braz (2006) e Ramos (2009), ela ameaça a hegemonia do Projeto Ético Político do Serviço Social, mas não o coloca em crise, porque suas entidades de representação e a base de profissionais da categoria se posicionam de forma hegemônica, ou seja, existe um predomínio de interesses coletivos em comum a partir de uma perspectiva anticapitalista.

Nesse debate de crise, outro argumento é apontado por Netto (2006) e Braz (2006) para a suposta crise do projeto ético político da profissão, é a expansão do ensino superior em Serviço Social na modalidade à distância.

Ora, invisivelmente desde 1998, a agressiva política neoliberal do Ministro Paulo Renato – expressa nas práticas de “desregulamentação” e de “flexibilização” da educação superior – opera para degradar e aviltar a formação profissional. Essa política, a que o Ministério da Educação, sob os governos Lula, vem dando pela continuidade, já resulta numa assombrosa proliferação de cursos privados de Serviço Social, cujo impacto extremamente deletério na formação dos assistentes sociais (e na sua eventual inserção no mercado de trabalho) só será mensurável daqui a alguns anos – e isto sem mencionar a expansão, fora de qualquer controle efetivo, da “educação à distância” (NETTO, 2006, p. 39).

Sendo assim, a educação superior passa a ser uma forma do sistema capitalista lucrar a partir do neoliberalismo, afetando drasticamente a formação profissional dos/as assistentes sociais. As medidas adotadas pelo órgão federal responsável pela educação rebatem na criação de inúmeros cursos de Serviço Social

no setor privado principalmente pela via do ensino a distância, conseqüentemente afetando as vagas de emprego disponíveis para os/as futuros/as profissionais.

Segundo Braz (2006) que também usa esse argumento, ressalta que foi em Lula que sem consulta pública, o governo efetivou o ensino à distância como uma das propostas de incentivo aos cursos de nível superior. Isso, rebatendo assim como argumentado por Netto (2006), em cada vez mais, na disparada de bacharéis em Serviço Social no mercado de trabalho. Braz (2006, p. 9) usa o argumento que “não pela modalidade em si (discutível, no âmbito da graduação), mas pelo fato de que aparece qualquer critério de controle, a não ser o atendimento às necessidades de mercado que regem as empresas que estão vendendo os cursos”.

Sendo assim, para o autor, isso repercute no âmbito da profissão, afetando em sua não-valorização. Com determinações relacionadas ao salário, prejudicando a formação profissional, a não-vivência do/a estudante no ambiente acadêmico com o tripé que forma a universidade (pesquisa, ensino, extensão) e sem a presença do debate em torno da dimensão política da profissão e direção social da profissão.

Ramos (2009) concorda com Braz (2006) ao apontar a fragilização do processo de formação profissional em Serviço Social com o crescimento e a mercantilização do ensino superior. Porém para ela, essa precarização da educação sempre existiu e sempre foi um desafio para a profissão porque o projeto pelo qual o Serviço Social luta foi construído no momento que a educação brasileira já sofria duros ataques, sendo necessário ampliar a crítica em torno dessa modalidade.

No entanto, aqui a história é uma forte aliado de nossa reflexão. Vamos pensar em que momento histórico nosso projeto profissional esteve em plena sintonia com a direção dada à política educacional nesse país? Parece que nunca. No governo FHC, as ideias dos cursos sequenciais contrariavam nosso projeto de formação que estava sendo construído, e nossa leitura, na época, foi a de que precisávamos construir estratégias amplas para afirmar a direção da formação profissional, criticar aquela modalidade de formação e fortalecer a luta com sujeitos coletivos aliados (RAMOS, 2009, p. 44-45).

Concordamos com a Ramos e o Braz que essa modalidade é uma grave ameaça ao projeto ético político. Além do mais, com a Ramos ao apontar que essa fragilização não coloca o projeto do Serviço Social em uma crise, já que é hegemônico na categoria profissional a contrariedade a essa modalidade de ensino, apontado por diversos intelectuais do Serviço Social, assim como pelas entidades de representação política da profissão.

Um outro elemento apontado por Netto (2006) para a crise do projeto ético político da profissão é o seu direcionamento para uma profissão de “assistencialização”. Segundo Ramos (2009), nesse debate há a presença da crítica a forma como o capital e as próprias instâncias do Estado direciona o Serviço Social para essa concepção. Porém, para a autora, é fato que essa discussão tem sido feita em diversos espaços que a profissão ocupa e se faz presente de forma crítica, inclusive sendo debatidos com outras categorias e entidades representativas, como é o caso da Psicologia, profissão também presente na política de assistência social.

Ramos (2009) aponta e concordamos com seu posicionamento que não existe nenhum componente que seja responsável de forma concreta por uma crise de hegemonia que tenha afetado um dos elementos que constituem o projeto ético político do Serviço Social. Ademais, a discussão teórica do Serviço Social a partir da perspectiva crítica se faz presente tanto no ambiente acadêmico como nas produções. Porém, isso não redime que o elemento da formação profissional não possa sofrer tensões.

No debate do projeto ético político do Serviço Social, Mota e Amaral (2009, p.54) contribuem afirmando que “[...] não endossamos a ideia de que existe uma crise do projeto profissional, mas sim que é um projeto tensionado e determinado pela crise orgânica (Gramsci) mundial do capital”. Sendo assim, para as autoras, não existe uma crise de hegemonia nesse projeto, mas ele passa a ser vítima de tensões fruto das transformações ocasionadas pela crise capitalista que tem consequências globais.

Portanto, mesmo com argumentos divergentes com relação a hegemonia do projeto, Netto (2006), Braz (2006) e Ramos (2009) trazem em sua discussão, o ensino à distância como uma ameaça e um desafio ao projeto ético político do Serviço Social na contemporaneidade. Entendemos assim, que essa modalidade de ensino se apresenta também como uma ameaça e provoca tensões ao projeto hegemônico da categoria por fragilizar a formação e a intervenção profissional.

3.3 As tensões provocadas pelo ensino à distância e a ameaça ao projeto ético político

É fato que ocorreu o aumento exponencial da modalidade de ensino à distância nos últimos anos, engendrada pela lógica capitalista para acumulação de lucros. Isso tem se tornado para muitos/as trabalhadores/as a única opção de acesso ao ensino superior.

É uma preocupação das entidades de representação e fiscalização do Serviço Social o ensino à distância e como ele ocorre, tendo em vista que essa modalidade se expandiu muito nos últimos anos em meio à contrarreforma do ensino superior com o avanço da política neoliberal no Brasil.

Os dados do Censo da Educação Superior (2018) revelam que, pela primeira vez, as vagas em EAD ultrapassaram as que são ofertadas pelo ensino presencial, o que caracteriza um processo de mercantilização da educação que também impacta na formação profissional do/a assistente social.

De um modo geral presente nos projetos pedagógicos dos cursos públicos e presenciais, o projeto de formação profissional enfrenta desafios para sua materialização, seja pela privatização do ensino superior, aligeiramento e desqualificação da formação profissional pela modalidade à distância e expansão massiva de cursos em EAD que têm atraído inúmeros/as trabalhadores/as como forma de acesso ao ensino superior.

O embate entre essa modalidade e o Serviço Social vem desde a década de 1990, na construção das diretrizes curriculares da ABEPSS, um dos pilares normativos que constituem o projeto ético político. Elas são as marcas da luta da categoria na construção desse projeto.

As medidas adotadas na educação no governo FHC incidem sob o texto do currículo proposto pela entidade representativa, que acarretou segundo Iamamoto (2014, p. 616):

[...] forte descaracterização no que se refere à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho do assistente social. Assim, por exemplo, no perfil do bacharel em Serviço Social constava “profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social”, o que foi retirado e substituído por “utilização dos recursos da informática”.

O Ministério da Educação (MEC) afronta diretamente o que foi fruto dos encontros e debates deliberados pelas entidades da categoria, de uma formação em Serviço Social crítica e ampla, que propõe um/a profissional de caráter generalista, de acordo com os princípios que incidem sobre a direção ético-política e teórica da profissão e redireciona essa proposta para o favorecimento de uma formação apenas de cunho técnico.

Para Iamamoto (2014), essas modificações favorecem as instituições de ensino superior de cunho privado que estão alinhadas ao mercado de capital, concedendo

permissão para que elas possam ofertar os cursos de serviço social. Essa contrarreforma atinge a educação de diversas maneiras, principalmente o ensino superior. Para Ferreira (2015, p. 71):

A intenção é o aumento da taxa de produtividade, pois o neoliberalismo, resposta dada pela burguesia internacional à crise atravessada pelo capital, não foi capaz de modificar o desastroso panorama de estagnação econômica e severo empobrecimento. Dessa forma assim como a educação, todas as esferas da vida social são transformadas em áreas mercantis, ou seja, em espaços para obtenção de lucro.

A educação no pós 1990 significou uma forma de lucro, já que as tentativas iniciais de busca por apropriação de riquezas pelas propostas neoliberais não trouxeram resultados significativos. A educação se tornou, pela via do ensino à distância, do mesmo modo que outras áreas, objeto para que o sistema capitalista pudesse lucrar.

Segundo Ferreira (2015), o processo de contrarreforma do ensino superior se deu com o surgimento e conseqüentemente ampliação de instituições e de oferta de cursos e vagas, além de aumento de formas de custeio para formação profissional, evidenciando-se claramente o papel do Estado brasileiro em privilegiar o setor privado. Essa colaboração se deu nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, como afirma Pereira (2009, p. 270):

A década de 1990 e o início do século 21 registraram um franco processo de expansão e de mercantilização do ensino superior, validado e incentivado pelos governos, de Cardoso a Lula, pautados no pressuposto de que a educação é um “bem público”, sendo, portanto, um direito de instituições públicas e privadas oferecerem seus serviços educacionais à população. Cabe ao Estado a partilha dos recursos públicos: naturaliza-se a entrega de verbas públicas para o setor privado e, ao mesmo tempo, o financiamento privado para as IES públicas, numa explícita diluição de fronteiras entre o público e o privado.

A educação deve ser pública, conforme preconiza a CF/88, nesses governos a União, responsável pela coleta de impostos da população e distribuição de partes dessas verbas em políticas sociais, como a educação, passou a entregá-las as instituições privadas de ensino superior.

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à

formação intelectual, está pulverizada em micrororganizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual (CHAUI, 1999, p. 07).

Diferente do que era visível nas primeiras universidades, espaços de construção crítica e intelectual, a universidade no neoliberalismo torna-se cada vez mais burocratizada, sendo avaliada pelo seu atendimento ao mercado e ao tecnicismo. Sendo assim, ela é conduzida para ser contrária a produção intelectual, de formar sujeitos críticos, de servir a sociedade, ela passa a ser padronizada, atendendo cada vez mais a determinados projetos de sociedade.

É nessa perspectiva de universidade, que é efetuada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, marco para a ampliação da modalidade de ensino à distância, já que anteriormente era reservado para cursos de cunho profissional e complementar (CFESS, 2015).

Essa forma de ensino ganha força para os demais níveis de ensino a partir dos Decretos 2.494/98 e 2.561/98⁶⁰. Os cursos de Serviço Social tornam-se instrumentos de lucro na realidade brasileira em meio a sociedade capitalista.

A descoberta do curso de serviço social como nicho de valorização relaciona-se a uma demanda do mercado de trabalho, no formato que adquire o enfrentamento das expressões da questão social pelo Estado e as classes no neoliberalismo. Trata-se de produzir uma preparação para as requisições de mensuração e gestão/controle dos pobres (CFESS, 2015, p. 15-16).

Houve a necessidade de respostas para as mazelas produzidas pelo MPC no país, dada as demandas oriundas dos/as trabalhadores/as, sendo indispensável a formação desses/as profissionais em grande quantidade, necessária para a reprodução da ordem vigente.

A modalidade de ensino à distância foi fundamental para a expansão dos cursos de serviço social nos anos 2000, assim como para seus reflexos em números na contemporaneidade, majoritariamente em instituições privadas.

No cenário atual, a educação superior (principalmente a de caráter público) em meio a nova fase da contrarreforma do Estado brasileiro é perpassada por novas configurações: o incentivo da educação como mercadoria e a mordada aos/as

⁶⁰ Esses decretos permitiram que as instituições de ensino públicas e privadas ofertassem cursos à distância em todos os níveis de ensino, de acordo com a legislação específica do Ministério da Educação e do Desportos a partir do que foi estabelecido pela Lei de Diretrizes e bases da educação nacional, n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

professores/as e estudantes que defendem o conhecimento de caráter crítico (LIMA, 2019).

Sendo assim, essa nova fase da contrarreforma incide nos cursos de Serviço Social, no corpo docente e nos/as discentes, promovendo o distanciamento desses, da perspectiva crítica, do debate político e das lutas sociais, reproduzindo cada vez mais à lógica de manipulação do MPC, principalmente com o incentivo as instituições EAD.

Iamamoto (2009) trouxe os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), abordando uma pesquisa realizada pelo CFESS no ano de 2007, enfatizando que o Serviço Social já naquela época totalizava 253 cursos de bacharelado em Serviço Social nas modalidades presenciais e a distância, sendo responsáveis o setor privado por 27.465 vagas.

Atualizando esses dados para 2018, existiam 430 cursos só na modalidade presencial em Serviço Social que totalizavam juntos 51.184 vagas a serem ofertadas por meio de vestibular ou de outros processos seletivos; enquanto na modalidade à distância existiam 50 cursos, sendo que havia a oferta de 148.379 vagas, desse número, 86.447 matrículas foram realizadas, todas em instituições privadas de acordo com os dados do Censo da Educação Superior, realizado pelo INEP no ano de 2018.

Esse aumento também nas instituições privadas acarreta na formação segundo Iamamoto (2009) do “exército assistencial de reserva” contribuindo para a massificação de profissionais no mercado de trabalho, pressionando os salários, rebaixando-os.

Dentre os dados que se apresentam para o CRESS e a ABEPSS sobre a modalidade EAD, estão as adversidades em encontrar informações em torno das instituições de ensino e do currículo, importante para saber como tem se dado essa formação. É também visível em algumas instituições a contrariedade entre a proposta das Diretrizes Curriculares de 1996 com a realidade de determinados cursos ofertados, possuindo disciplinas que não coadunam com o processo de formação profissional.

Foi também encontrado pelas entidades, dados referentes a utilização de tutores/as sem formação na área de Serviço Social, sendo que, algumas orientações ocorrem de forma online. Assim como, problemas relacionados ao estágio supervisionado (os maiores dados são com relação a esse debate), já que dificulta a

fiscalização das entidades com relação a existência da supervisão de campo e a acadêmica.

As irregularidades encontradas também tem relação com a inexistência dos pilares da educação (ensino, pesquisa e extensão). Ocorre ao mesmo tempo, distanciamento das pautas dos movimentos sociais e a precarização da realidade do trabalho de profissionais nessas instituições (CFESS, 2015).

Sendo assim, essa contradição existente nos projetos dessas instituições, acabam por criar fissuras no processo de formação profissional, sendo que é necessária a sintonia entre as diretrizes curriculares e esses projetos para orientar a formação de profissionais.

Em carta⁶¹ publicada para os/as discentes de Serviço Social de instituições superiores de EAD, a ABEPSS (2011, p. 2) ressalta:

[...] coerente com o projeto ético-político da profissão, defende um profissional com competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Um profissional crítico às investidas do grande capital na direção de transformar a educação em mercadoria, capaz de privilegiar a defesa dos direitos sociais e humanos, a ampliação da cidadania e a consolidação da democracia.

Defende a formação profissional alinhada a perspectiva crítica, aos movimentos sociais, ao desvelamento das contradições capitalistas e aos princípios e valores do projeto ético político do Serviço Social.

As instâncias organizativas tem feito um papel central na defesa do projeto de formação profissional. Mesmo possuindo suas respectivas pautas, como a do movimento estudantil para a ENESSO, da formação para a ABEPSS, e do Conjunto CFESS/CRESS, responsáveis pela fiscalização. Essas entidades têm se articulado na defesa do projeto de formação profissional e se posicionado contrária ao EAD.

As tensões ocasionadas pelo EAD têm provocado reações nessas entidades por meio de ações concretas contrárias a essas ameaças, inclusive por meio de campanhas.

Dentre as campanhas realizadas pelas entidades da categoria, está a “Educação não é Fast-Food: diga não para a graduação à distância em Serviço Social”⁶², realizada no ano de 2011 juntamente com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES – SN). Sofreu com a censura

⁶¹ Carta disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/nota_abepss_editada.pdf

⁶² Disponível em: [cfessmanifesta2011_campanhaEAD_CENSURADO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2011_campanhaEAD_CENSURADO.pdf)

imposta pela Justiça, em decorrência das cobranças das entidades privadas. Essa campanha denunciava o falso discurso do MEC em torno da expansão e democratização dos/as brasileiro/as ao ensino superior, inclusive com relação ao grande crescimento de cursos de Serviço Social ofertados nessa modalidade, favorecendo as grandes empresas do ramo, além do incentivo a uma educação de cunho bancário e mercantil.

Outra ação pública realizada foi a intitulada “Formação com qualidade é educação com direitos para você! Graduação em Serviço Social: só se for legal, crítica e ética”⁶³, em 2019, que defende uma formação de acordo com o projeto construído pela categoria, principalmente que se faz presente nas diretrizes curriculares. O cartaz em torno da campanha evidencia importantes informações para os/as trabalhadores/as que decidam cursar Serviço Social e escolher uma instituição de acordo com o que as entidades de representação e fiscalização projetam para uma formação com os princípios e valores do código de ética, dentre as informações está em escolher uma instituição que esteja aprovada pelo MEC, a instituição deve ofertar um curso de acordo com as resoluções do Conselho Nacional de Educação, além da presença do tripé (ensino, pesquisa e extensão) e a existência do código de ética como central e essencial na formação acadêmica.

O CFESS também publicizou dois documentos intitulados “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social”⁶⁴, trazendo o debate em torno da contrarreforma do ensino superior e os impactos provocados pela modalidade de ensino no Serviço Social, com reflexões e dados das entidades representativas.

A contraposição ao EAD se faz presente no Serviço Social e em suas entidades, porque esse, tensiona o projeto ético político. Em nenhum momento as críticas são aos/as discentes, trabalhadores/as que muitas vezes apenas têm na EAD, a única porta de acesso ao ensino superior, mas sim na defesa do projeto de formação profissional, do projeto ético político e de uma educação pública, gratuita, laica e presencial, com posicionamentos antagônicos aos grandes grupos capitalistas que “vendem” “educação” sem o compromisso necessário com o projeto de formação profissional, sendo, portanto, funcional a lógica manipulatória do processo de

⁶³ Cartaz disponível em: [2019CartazForumFormacao-GraduServSocial \(cfess.org.br\)](http://www.cfess.org.br/2019CartazForumFormacao-GraduServSocial)

⁶⁴ Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidadevolume1_2015-Site.pdf
http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf.

sociabilidade do MPC, tornando os sujeitos sociais cada vez mais funcionais e alienados aos ditames do capital. Tais aspectos tendem a tornar a realidade cada vez mais fragilizada e os sujeitos sociais presas mais suscetíveis aos ditames do mundo burguês, corroborando com a lógica reiterativa de manutenção do “status quo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada neste TCC evidencia que é no contexto histórico contemporâneo de crise estrutural do capital, de contrarreforma do Estado brasileiro, que tem como consequência o desmonte de direitos da classe trabalhadora, que a hegemonia do projeto profissional é questionada e, ao mesmo tempo, tensionada.

Os reflexos dessa crise e as formas que o capital encontra para responder é permeada pelo receituário neoliberal que tem fracassado nas tentativas de reverter o padrão de acumulação vivenciado por ele antes de 1970. Esse receituário tem afetado os países periféricos, inclusive o Brasil, provocando o desmonte de direitos conquistados na Constituição Federal de 1988 trazendo consigo graves problemas para a classe trabalhadora, por meio de contrarreformas trabalhistas e previdenciárias e das demais políticas públicas, por meio do ajuste fiscal.

Esses reflexos acabam afetando a política de Educação e conseqüentemente o Serviço Social brasileiro, criando tensões em seu projeto profissional, principalmente um de seus principais elementos constitutivos, a formação profissional, pela via da contrarreforma do ensino superior.

Esse projeto representa uma das conquistas da profissão, marcou o alinhamento com as forças progressistas e com a classe trabalhadora passando a responder as suas demandas, rompendo com os princípios e valores conservadores que norteavam a direção da profissão desde a sua origem, em seu processo de institucionalização e na ditadura civil militar.

A pesquisa apresentada também aponta que a profissão não está livre das ameaças que se apresentam a sua direção ético política e teórica de seu projeto que foi conquistada a partir da década de 1980. Tal questão é motivo de discussões e debate no interior da categoria profissional sobre o impacto dessas ameaças, inclusive, de serem responsáveis por uma suposta crise de hegemonia que o projeto ético político vem vivenciando.

Ressalto, que esse projeto não possui uma crise de hegemonia, mas que ele é tensionado pela crise que o sistema capitalista vive atualmente e das medidas adotadas por ele para reverter essa situação. Isso não livra o projeto de sofrer com as ameaças que se apresentam.

Saliento ainda, que o maior perigo a direção do PEPSS, é a modalidade de ensino à distância. Seus reflexos na profissão afetam drasticamente a formação

profissional da categoria, promovendo uma formação muitas vezes acrítica, sem a capacidade de desvelar as contradições da sociedade capitalista, distante das lutas sociais e da pesquisa, tensionando a direção ético política e teórica do projeto profissional, contrário a proposta das diretrizes da ABEPSS de 1996.

Dessa maneira, é válido ressaltar a centralidade que as entidades representativas e de fiscalização da categoria do Serviço Social tem na defesa do projeto profissional, principalmente pelas tensões provocadas pelo EAD. Essas instâncias têm pautado na resistência defendendo uma formação profissional crítica, presencial, pública, gratuita e socialmente referenciada, mesmo que a política de educação venha duramente sendo atacada pelo aumento massivo de cursos EAD (elencados neste trabalho), inclusive no Serviço Social nos últimos anos.

Portanto, o EAD continua também sendo um desafio para o Serviço Social e uma ameaça a direção do seu projeto profissional. Desse modo, sendo necessária a ocupação dessa discussão cada vez mais nos debates coletivos da categoria de assistentes sociais, em seus fóruns, campanhas, encontros regionais, estaduais e a nível nacional pela via das entidades representativas, em prol da defesa dos princípios e valores do projeto ético político e da sua direção.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Carta aberta aos/às estudantes de EaD do Brasil**. 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/nota_abepss_editada.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 16 abr. 2021.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 127, p. 456-475, Dezembro de 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282016000300456&lng=en&nrm=iso

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia: Das origens a Araxá**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 1982.

ANDERSON, Perry. **Balanco do Neoliberalismo**. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/giselle.souza/politica-social-ii/texto-1-balanco-do-neoliberalismo-anderson>. Acesso em: 15 mar. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. La Ciudadania Negada: políticas de exclusión en la educación y el trabajo. Buenos Aires: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. p. 35-48. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010021549/3antunes.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2021.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 1ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara Morais dos Santos. **Questão social e direitos**. IN: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais: Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. **A política de seguridade social no Brasil**. IN: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRASIL. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação

às novas relações de trabalho. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13467.html Acesso em 01 abril. 2021. Acesso em: 04 abr. 2021.

BRASIL. **Brasil passa pela maior crise sanitária e hospitalar da história, diz**

Fiocruz. Jornal Nacional. Rio de Janeiro. 17 mar. 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/03/17/brasil-passa-pela-maior-crise-sanitaria-e-hospitalar-da-historia-diz-fiocruz.ghtml>. Acesso em: 28 mar. 2021

BRASIL. Censo da Educação Superior. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Ministério da Educação. Brasília, 2018. Disponível em: [Resultados — Inep \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/inep). Acesso em: 14 mar, 2021.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). **Relatório Volume III: mortos e desaparecidos políticos**. 2014. Disponível em:

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf. Acesso em: 28 mar. 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Lei nº 8.080. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências**. Brasília: DF, 19 de setembro de 1990.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Lei nº 8.213. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Brasília: DF, 24 de junho de 1991.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Lei nº 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (**LOAS**). Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. Emenda Constitucional no 95, de 15 de dezembro de 2016. Brasília: Presidência da República. **Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal e dá outras providências**.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm Acesso em: 02 abr, 2021.

BRASIL. Emenda Constitucional no 103, de 12 de novembro de 2019. Brasília: Presidência da República. **Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em 04 abr, 2021.

BRASIL. Presidência da República (F.H. Cardoso), 1995. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do

Estado. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 20 mar, 2021.

BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Apresentação**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/o-que-e>. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRAZ, Marcelo. **A hegemonia em xeque**: projeto Ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. Revista Inscrita. N 10. Brasília: CFESS, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A crise da América Latina**: consenso de washington. Pesquisa e Planejamento Econômico, [s. l], p. 3-23, abr. 1991. Disponível em: <http://bresserpereira.org.br/papers/1991/91-acriseamericalatina.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.

BRETTAS, Tatiana. **Defender a vida é preciso, a economia não**. In: MOREIRA, Elaine; GOUVEIA, Rachel; GARCIA, Joana; ACOSTA, Luis; BOTELHO, Marcos; RODRIGUES, Mavi; KRENZINGER, Miriam; BRETTAS, Tatiana (org.). Em tempos de pandemia: proposta para a defesa da vida e dos direitos sociais. Rio de Janeiro: UFRJ (Centro de Filosofia e Ciências Humanas), 2020. p. 11-18. Disponível em: http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2020/05/1_5028797681548394620.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Sousa; GOMES, Vera Lúcia Batista. Crise do Capital e Desmonte da Seguridade Social: desafios (im)postos ao serviço social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 130, p. 447-466, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0447.pdf>. Acesso em: 18 mar, 2021.

CAVALLINI, Marta. **Reforma trabalhista completa 3 anos**. **G1**, 11 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/11/11/reforma-trabalhista-completa-3-anos-veja-os-principais-efeitos.ghtml>. Acesso em: 01 abr. 2021.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993

CFESS. **Educação não é fast-food**: diga não para a graduação à distância em serviço social. 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2011_campanhaEAD_CENSURADO.pdf. Acesso em: 16 abr, 2021.

CFESS. **Lei de Regulamentação da profissão de Assistente Social**. Lei no 8662, jun, 1993.

CFESS (org.). **Serviço Social, Memórias e Resistências Contra a Ditadura**: depoimentos. Brasília: CFESS, 2017. Disponível em: <https://issuu.com/cfess/docs/livro-memoriaseresistenciascontradi>. Acesso em: 03 abr. 2021.

CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social**. Volume 1. Brasília, 2015. Disponível em: [incompatibilidadevolume1_2015-Site.pdf \(cfess.org.br\)](http://www.cfess.org.br/incompatibilidadevolume1_2015-Site.pdf)

CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social**. Volume 2. Brasília, 2014. Disponível em: [CFESS incompatibilidadevolume2_2014.pdf](http://www.cfess.org.br/incompatibilidadevolume2_2014.pdf)

CHAGAS, Bárbara da Rocha Figueiredo. **Positivismo e marxismo: o debate sobre a neutralidade e a construção do projeto profissional do Serviço Social brasileiro**. Serviço Social em Revista. Londrina: 2015, V. 17, p. 169-186.

CHAUI, Marilena. **A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo**. IN: Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

CHAUI, Marilena. A UNIVERSIDADE OPERACIONAL. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, [S. l.], v. 4, n. 3, 1999. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1063>. Acesso em: 2 maio. 2021.

CONASS. **Painel CONASS Covid-19**. 2021. Disponível em: <https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma?**. Novos Rumos, Marília, v. 49, n. 1, p. 117-126, 2012. Semestral. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2383/1943>. Acesso em: 17 mar. 2021.

FERREIRA, Andreza Telles dos Santos. **Contrarreforma do Ensino Superior no pós-1990: o ead como estratégia expansionista**. Tese de doutorado. Niterói, 2015. Disponível em: [universidade federal fluminense – uff](http://www.universidade.federal.fluminense.br/uff)

FERREIRA, Marcelo. **Entidades vão à luta contra desmonte da Política de Saúde Mental do SUS**. Brasil de Fato: São Paulo, 11 dez. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/11/entidades-va-a-luta-contradesmonte-da-politica-de-saude-mental-do-sus>. Acesso em: 01 abr. 2021.

FIOCRUZ. **Reforma sanitária**. Disponível em: <https://pensesus.fiocruz.br/reforma-sanitaria>. Acesso em: 17 mar. 2021.

Fortuna dos mais ricos salta 31% na pandemia. Veja quem mais ganhou quem mais perdeu. **O GLOBO**. Rio de Janeiro, 02 jan. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/fortuna-dos-mais-ricos-salta-31-na-pandemia-veja-quem-mais-ganhou-quem-mais-perdeu-24820323>. Acesso em: 17 mar. 2021

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A formação acadêmica profissional no Serviço Social brasileiro**. In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo, N. 120, P. 609-639, out/dez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica**. 1ª edição. São Paulo: Cortez, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IBGE. **Desemprego**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 30 abr. 2021.

JINKINGS, Ivana. **O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe**. IN: Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

LIMA, Kátia. **Universidade pública e contrarrevolução: da “travessia de uma ponte” ao “caminho da prosperidade”**. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 44, p. 15-32, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/45207/30941>. Acesso em: 03 maio 2021.

LOWY, Michael. **Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil**. IN: Por que gritamos golpe?: Para entender o impeachment e a crise. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

Mapa da vacinação contra Covid-19 no Brasil: acompanhe a evolução da imunização. 2021. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELITO, Leandro. **Bolsonaro promove desmonte das políticas de combate à fome**. Brasil de Fato, 4 fev. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/04/bolsonaro-promove-desmonte-das-politicas-de-seguranca-alimentar>. Acesso em: 01 abr. 2021.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011. 1096 p. Tradução de: Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/para-alem-do-capital.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021

MIGUEL, Luís Felipe. **A democracia na encruzilhada**. IN: Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

MONTAÑO, Carlos. **A Natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a "especificidade" e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier Moreira. CAPUTI, Lesliane. **As diretrizes Curriculares da ABEPSS e os valores éticos e políticos para a formação profissional em Serviço Social.** Temporalis, ano 16, n. 31. Brasília. Disponível em: [As Diretrizes Curriculares da ABEPSS e os valores éticos e políticos para a formação profissional em Serviço Social | Temporalis \(ufes.br\)](#)

MOTA, Ana Elizabete. **A cultura da crise e as ideologias do consenso no ultraneoliberalismo brasileiro.** In: CISLAGHI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe (org.). O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 135-148.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. **Projeto Profissional e Projeto Societário.** Revista Inscrita. N 12, Brasília: CFESS, 2009.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social:** um estudo sobre as tendências da previdência e assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético político do Serviço Social.** Revista Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. 1999.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 1ª edição. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo. **Crise do capital e consequências societárias.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, p. 413-429, set. 2012. Semestral. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n111/a02.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2021

NETTO, José Paulo. **Das Ameaças à Crise.** Revista Inscrita. N 10. Brasília: CFESS, 2006.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 1ª Edição. São Paulo: Cortez, 1990.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx.** 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular. 2011

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira: (1964-1985).** São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, José Paulo. **Uma face contemporânea da Barbárie.** Novos Rumos, Marília, v. 50, n. 1, p. 1-39, 2013. Semestral. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657>. Acesso em: 18 mar. 2021.

PASSOS, Saionara da Silva; LUPATINI, Márcio. **A contrarreforma trabalhista e a precarização das relações de trabalho no Brasil.** Katálysis, Florianópolis, v. 23, p.

132-142, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v23n1/1982-0259-rk-23-01-132.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social**. Revista katálysis, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 268-277, Dezembro, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802009000200017&lng=en&nrm=iso

RAMOS, Sâmia Rodrigues. **Limites e possibilidades históricas do projeto ético-político**. Revista Inscrita. N 12. Brasília: CFESS, 2009.

SANT'ANA., Jéssica. **Painel das privatizações**. S/D Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/politica/painel-das-privatizacoes/>. Acesso em: 01 abr. 2021.

SAÚDE, Ministério da. **Sobre a doença**. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>. Acesso em: 30 abr. 2021.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Contrarreforma da previdência sob o comando do capital financeiro**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 131, p. 130-154, abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n131/0101-6628-sssoc-131-0130.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SIMIONATTO, Ivete. **O social e o político no pensamento de Gramsci**. 1997. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?id=294&page=visualizar>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e serviço social: diferentes concepções e compromissos políticos**. São Paulo: Cortez, 2013.

SUDRÉ, Lu. **Entenda o que foi o AI-5, ato ditatorial defendido por Eduardo Bolsonaro. Brasil de Fato**. 31 out. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/31/entenda-o-que-foi-o-ai-5-ato-ditatorial-defendido-por-eduardo-bolsonaro>. Acesso em: 29 mar. 2021.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético político do Serviço Social**. In: SOCIAL, Conselho Federal de Serviço (org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Cfess/Abepss, 2009. p. 1-19. Disponível em: <https://www.poteresocial.com.br/wp-content/uploads/2017/08/2.4-O-projeto-%C3%A9tico-pol%C3%ADtico-do-Servi%C3%A7o-Social-%E2%80%93-Joaquina-Barata-Teixeira-e-Marcelo-B.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão**. IN: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: Cfess/Abepss, 2009. p. 1-21. Disponível em:

http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/O_significado_socio-historico_da_profissao%20Yasbek.pdf. Acesso em: 26 abr. 2021.